



# Direitos das Mulheres no Senado Federal 1988 - 2017

SENADO FEDERAL



**SENADO FEDERAL**

Mesa

Biênio 2017-2018

Senador Eunício Oliveira

**PRESIDENTE**

Senador Cássio Cunha Lima

**PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE**

Senador João Alberto Souza

**SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE**

Senador José Pimentel

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO**

Senador Gladson Cameli

**SEGUNDO-SECRETÁRIO**

Senador Antonio Carlos Valadares

**TERCEIRO-SECRETÁRIO**

Senador Zezé Perrela

**QUARTA-SECRETÁRIA**

Senador Eduardo Amorim

**PRIMEIRO SUPLENTE**

Senador Sérgio Petecão

**SEGUNDO SUPLENTE**

Senador Davi Alcolumbre

**TERCEIRO SUPLENTE**

Senador Cidinho Santos

**QUARTO SUPLENTE**

Ilana Trombka  
**DIRETORA-GERAL**

Luiz Fernando Bandeira  
**SECRETÁRIO-GERAL DA MESA**

# Direitos das Mulheres no Senado Federal:

Proposições Legislativas de  
1988 a 2017

1. Poder e Participação Política
2. Trabalho e Autonomia Econômica
3. Violência Contra as Mulheres

Diretoria-Geral

Brasília – 2018

SENADO FEDERAL



© 2017 Senado Federal

#### Diretoria Geral

Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) – Coordenação do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal

#### Elaboração

Maria Terezinha Nunes – Gestora do Programa Pró-Equidade e integrante do Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal

Mariana Galvão Taccolini - Estagiária do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, área de Sociologia

Guilherme Ricardo Gomes Moreira – Estagiário do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, área de Sociologia

#### Revisão

Maria Terezinha Nunes – Gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

#### Capa, projeto gráfico e diagramação

Secom | Comap — Coordenação de Publicidade e Marketing

# Lista de Abreviaturas

- CD – Câmara dos Deputados
- CN – Congresso Nacional
- CCJC – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- MPV – Medida Provisória
- PDC – Projeto de Decreto Legislativo (CD)
- PDS – Projeto de Decreto Legislativo (SF)
- PEC – Proposta de Emenda à Constituição
- PL – Projeto de Lei
- PLC – Projeto de Lei da Câmara
- PLN – Projeto de Lei do Congresso Nacional
- PLP – Projeto Lei Complementar (CD)
- PLS – Projeto de Lei do Senado
- PLV – Projeto de Lei de Conversão (CN)
- PRN – Projeto de Resolução do Congresso Nacional
- PRS – Projeto de Resolução do Senado
- SF – Senado Federal

## Sumário

|                                     |    |
|-------------------------------------|----|
| Lista de Abreviaturas .....         | iv |
| Apresentação.....                   | 1  |
| Introdução .....                    | 2  |
| Eixo Temático 1 .....               | 6  |
| Poder e Participação Política.....  | 6  |
| Eixo Temático 2 .....               | 22 |
| Trabalho e Autonomia Econômica..... | 22 |
| Eixo Temático 3 .....               | 53 |
| Violência Contra as Mulheres .....  | 53 |

## Apresentação

*“Dentro do regime democrático todas as correntes devem ter representação no cenáculo político. A mulher é metade da população (...) é justo, pois, que nomes femininos sejam incluídos nas cédulas dos partidos e sejam sufragados pelo voto popular.”*

**Bertha Lutz**  
*Discurso ao assumir a cadeira de Deputada Federal em 1936*

Tenho a satisfação de apresentar as Proposições Legislativas do Senado Federal sobre os Direitos das Mulheres, nos eixos temáticos: *Poder e Participação Política, Trabalho e Autonomia Econômica* e *Violência Contra as Mulheres*, no período compreendido entre 1988 e 2017.

A publicação visa atender ao Plano de Ação do Senado Federal, previsto para a 6ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, de iniciativa da Secretaria de Política para as Mulheres, com a finalidade de disponibilizar material legislativo de consulta sobre os Direitos das Mulheres para o público interno e a sociedade em geral.

Essa ação é resultado do esforço dos Comitês que trabalham a questão da equidade de gênero e raça no âmbito interno do Senado Federal (Programa Pró-Equidade e Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça), com o apoio da Procuradoria Especial da Mulher (PROMUL).

Desejo a todas e todos uma boa leitura!

Diretoria-Geral



## Introdução

A pesquisa “Direitos das Mulheres no Senado Federal: Proposições Legislativas de 1988 a 2017” tem por objetivo disponibilizar material legislativo de consulta sobre os Direitos das Mulheres, nos eixos temáticos *Poder e Participação Política, Trabalho e Autonomia Econômica e Violência Contra as Mulheres*.

Embora seja de suma importância uma pesquisa ampla, contendo os diversos temas que passaram a atividade legislativa na temática das mulheres, nesse primeiro momento, foram delimitados três eixos, selecionados pela proximidade dos temas com o trabalho desenvolvido pelos Comitês que trabalham a equidade no âmbito da Casa. O ano da promulgação da Constituição Federal foi adotado como marco temporal inicial por ter-se tornado um divisor de águas no campo normativo, em relação aos direitos das mulheres, estimulando a revisão ou adequação legislativa infraconstitucional.

Os dados foram coletados no sítio do Senado Federal, no ícone Atividade Legislativa/Pesquisa de Matérias, utilizando-se a palavra-chave “mulher”, sem qualquer outro tipo de restrição.

Foi realizada uma primeira coleta em 04/09/2017 e, nessa ocasião, foram recuperadas 1.212 proposições dos mais variados temas, como família, acessibilidade, educação, saúde, violência, trabalho, participação política, previdência, orçamento, entre outros. Posteriormente, foram replicados os critérios de pesquisa para inclusão das matérias até o final de 2017.

Para os fins deste trabalho, o termo “proposição” significa o projeto, a proposta ou outro tipo de medida que, após regular tramitação legislativa, teve ou tem o objetivo de tornar-se norma e incidir sobre o ordenamento jurídico interno do País. Assim, as

proposições arquivadas também fizeram parte da pesquisa. Foram selecionados os tipos de proposições mais recorrentes, tais como Projeto de Lei do Senado (PLS), Projeto de Lei da Câmara (PLC), Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Medida Provisória (MPV), entre outros.

É importante frisar que proposições que estiveram tramitando apenas nos limites da Câmara dos Deputados não foram recuperadas pela busca, pois ela se restringiu à base de dados do Senado Federal.

As proposições foram incluídas em tabelas, por eixo temático e na ordem cronológica de data (ano) e número. A classificação nos eixos temáticos foi realizada a partir da leitura do projeto, buscando identificar se a mulher, direta ou indiretamente, seria a destinatária da previsão legal pretendida.

A primeira coluna contém a data de entrada e o/a autor/a; a segunda coluna traz o tipo e o número (nessa, buscou-se inserir o *link* de acesso à proposição e o número de referência na Câmara dos Deputados); a terceira coluna contém a ementa e o assunto (nos casos em que as ementas são genéricas); e, finalmente, a quarta coluna informa a situação da proposição, em termos de tramitação.

Foram incluídas 381 proposições na tabela, sendo: 75 no Eixo Temático “Poder e Participação Política”; 139 no Eixo “Trabalho e Autonomia Econômica” e 167 no Eixo “Violência Contra as Mulheres”. Desse total, 28% das proposições tornaram-se norma jurídica. No entanto, verificando a proporção entre o total de proposições e aquelas que se transformaram em norma, por Eixo, tem-se o seguinte: Poder e Participação Política 35,5%, Trabalho e Autonomia Econômica 26,8% e Violência Contra as Mulheres 23,9%.

Muito embora o objetivo dessa pesquisa seja, essencialmente, informativo, algumas considerações podem ser extraídas das proposições coletadas. Em relação à iniciativa individual de parlamentares, é interessante notar que, no geral, representantes

mulheres e homens estão presentes de forma significativa na temática dos Direitos das Mulheres. No entanto, o Eixo Poder e Participação Política revelou ser um tema mais distante dos interesses dos homens, tendo em vista que 65% das proposições resultaram de iniciativa das mulheres, mesmo em um cenário adverso, com taxas historicamente baixas de participação das mulheres na política. Atualmente, as parlamentares representam cerca de 16% da composição do Senado Federal e 10% da composição da Câmara dos Deputados.

No Eixo Trabalho e Autonomia Econômica, nota-se que as proposições perpassam a Consolidação das Leis do Trabalho durante todo o período consultado, destacando-se, quanto ao acesso ao trabalho, projetos para o ingresso das mulheres nos Quadros Militares, ainda predominantemente masculinos. Quanto à permanência no trabalho, a predominância é de projetos que buscam incidir na difícil relação entre trabalho e família, em especial benefícios referentes à licença maternidade e paternidade, estabilidade e proteção à saúde da mulher trabalhadora.

No tema da violência contra as mulheres, percebe-se que, logo após a Constituição Federal de 1988, foi grande o interesse em retirar do Código Penal normas discriminatórias contra as mulheres, em especial no tocante aos crimes contra a dignidade sexual, outrora denominados Crimes Contra os Costumes.

Especificamente, no tocante à violência doméstica e familiar contra as mulheres, verificam-se algumas iniciativas, mas somente em 2006, 18 anos após a promulgação da Constituição Federal, foi sancionada a Lei Maria da Penha, uma lei integral e específica para a proteção das mulheres. No entanto, assim que publicada, sofreu muitas resistências no âmbito de sua aplicação, tanto que o Supremo Tribunal Federal foi chamado a manifestar-se sobre a sua constitucionalidade em duas oportunidades. Essa resistência pode ser percebida pelas proposições posteriores à Lei Maria da Penha, as quais buscam tecer modificações em seu texto.

Por fim, espera-se que o trabalho aqui desenvolvido contribua para contínuo estudo e aprofundamento do tema relativo aos Direitos das Mulheres, na perspectiva da atividade legislativa do Senado Federal.

Comitê-Gestor do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal  
(pro-equidade@senado.leg.br)

## Eixo Temático 1

### Poder e Participação Política

No Eixo Temático “Poder e Participação Política”, estão as proposições sobre a participação das mulheres nas Casas Legislativas, Partidos Políticos, Tribunais Superiores, Poder Executivo, Conselhos deliberativos, lideranças, além de projetos que buscam visibilizar as mulheres como protagonistas da história do país, podendo ocorrer interface com outros temas como, por exemplo, saúde, educação, trabalho, entre outros.

Este Eixo conta com duas Medidas Provisórias (MPV), 12 (doze) Projetos de Decreto Legislativo (PDS–SF), 10 (dez) Propostas de Emenda à Constituição (PEC), 23 (vinte e três) Projetos de Lei do Senado Federal (PLS), 14 (quatorze) Projetos de Lei da Câmara (PLC), um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN), e 13 (treze) Projetos de Resolução do Senado (PRS), totalizando 75 proposições.

| Data/Autor/a   | Tipo/<br>Número/ano   | Ementa/ Assunto   | Situação   |
|--|---|---|--|
| 06/12/1995 –<br>Senadora Júnia<br>Marise (PDT/MG)      | SF PLS<br>322/1995<br><br><a href="#">CD PL<br/>3099/1997</a> | <u>Ementa:</u> Acrescenta parágrafo ao art. 92 da Lei 4737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.<br><br><u>Assunto:</u> Estabelece o projeto que, para as eleições que obedecem ao sistema proporcional, vinte por cento, no mínimo, do limite de candidatos de cada partido ou coligação, deverão ser preenchidos com candidaturas de mulheres.  | 16/02/1998 –<br>Arquivado, nos termos do art. 164, § 4º do RICD.     |
| 11/03/1997 –<br>Senador<br>Coutinho Jorge<br>(PSDB–PA) | SF PLS<br>35/1997   | <u>Ementa:</u> Altera o artigo 15, VI, da Lei 9096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, Inciso V, da Constituição Federal.<br><br><u>Assunto:</u> O projeto prevê alteração no art. 15 da Lei 9096, no sentido de garantir que, para as eleições que obedecerem ao sistema proporcional, | 29/01/1999 –<br>Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
|   |  | no mínimo vinte por cento do seu limite de vagas, seja preenchido com candidaturas de mulheres.   |  |
| 08/01/1997 –<br>Deputado<br>Federal Edinho<br>Araújo (PMDB/SP)    | SF PLC<br>37/1997<br><br><a href="#">CD PL<br/>2695/1997</a> | <u>Ementa:</u> Estabelece normas para as eleições.<br><u>Assunto:</u> O projeto prevê a reserva de trinta por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação, para candidaturas de mulheres. A norma gerada, Lei 9.504/97, foi, posteriormente, alterada pela Lei 12.034/2009, substituindo o termo “deverá reservar” por “preencherá”. | <a href="#">Lei nº 9.504 de<br/>30/09/1997</a>                             |
| 17/03/1997 –<br>Senadora Emília<br>Fernandes<br>(PDT/RS)          | SF PLS<br>38/1997  | <u>Ementa:</u> Torna obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária, dos candidatos nas cédulas eleitorais e painéis de urnas eletrônicas e dá outras providências.  | 29/01/1999 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura<br>(art. 332 do RISF) |
| 18/03/1998 –<br>Senadora Emília<br>Fernandes<br>(PDT/RS)          | SF PRS<br>25/1998  | <u>Ementa:</u> Institui o Diploma Mulher–Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências.   | <a href="#">Resolução nº 2 de<br/>16/03/2001</a>                           |
| 11/08/1994 –<br>Poder Executivo                                   | SF PDS<br>33/1998<br><br><a href="#">CD PDC<br/>489/1997</a> | <u>Ementa:</u> Aprova o Ato que renova a concessão deferida a Radio Mulher Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.   | <a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº 138<br/>de 19/11/1999</a>           |
| 21/05/1998 –<br>Senadora Emília<br>Fernandes<br>(PDT/RS)          | SF PRS<br>54/1998  | <u>Ementa:</u> Cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e dá outras providências.   | 29/01/1999 –<br>Matéria arquivada<br>ao final da<br>Legislatura.           |
| 11/03/1999 –<br>Senador Ademir<br>Andrade (PSB/PA)<br>e outros/as | <a href="#">SF PEC<br/>7/1999</a>                            | <u>Ementa:</u> Altera o artigo 101 da Constituição Federal e dá outras providências. (Acrescenta parágrafo 2º ao citado artigo: “As nomeações a que se refere o parágrafo 1º deste artigo obedecerão a critério de alternâncias entre sexos, de modo que não ocorram mais de duas nomeações seguidas de pessoas do mesmo sexo”).                  | 17/11/2004 –<br>Prejudicada  |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| 23/03/1999 –<br>Senadora Emília<br>Fernandes<br>(PDT/RS)        | SF PRS<br>28/1999   | <u>Ementa:</u> Cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e dá outras providências.  | 20/01/2003 –<br>Matéria arquivada<br>ao final da<br>Legislatura (art.<br>332 do RISF). |
| 09/05/2002 –<br>Presidência da<br>República                     | <a href="#">CN MPV<br/>37/2002</a>  | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.<br><u>Assunto:</u> A Medida Provisória prevê, na estrutura do Ministério da Justiça, a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. | <a href="#">Lei nº 10.539 de<br/>23/09/2002</a>  |
| 02/12/2002 –<br>Poder Executivo                                 | <a href="#">SF PDS<br/>597/2002</a><br><a href="#">CD PDC<br/>1646/2002</a> | <u>Ementa:</u> Aprova o ato que autoriza a Associação das Mulheres Espinosenses – AMES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.   | <a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº 288<br/>de 26/06/2003</a>                       |
| 22/04/2003 –<br>Senadora Serys<br>Shessarenko<br>(PT/MT)        | <a href="#">SF PRS<br/>11/2003</a>  | <u>Ementa:</u> Altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher–Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências.  | 29/05/2003 –<br>Retirada pela<br>autora  |
| 30/05/2003 –<br>Senadora Serys<br>Shessarenko<br>(PT/MT)        | <a href="#">SF PRS<br/>20/2003</a>  | <u>Ementa:</u> Altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher–Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências   | 07/01/2011 –<br>Matéria arquivada<br>ao final da<br>Legislatura (art.<br>332 do RISF). |
| 12/06/2003 –<br>Deputado<br>Federal Maurício<br>Rabelo (PSD/TO) | <a href="#">SF PLC<br/>43/2003</a><br><a href="#">CD PL<br/>192/2003</a>    | <u>Ementa:</u> Institui o ano de 2006 como o "Ano da Mulher".<br>Nova Ementa da Redação Final: Institui o ano de 2004 como o "Ano da Mulher".  | <a href="#">Lei nº 10.745 de<br/>09/10/2003</a>  |
| 01/01/2003 –<br>Presidência da<br>República                     | <a href="#">CN MPV<br/>103/2003</a><br>Convertida no<br>PLV<br>00007/2003   | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.<br><u>Assunto:</u> Cria, na estrutura da Presidência da República, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.   | <a href="#">Lei nº 10.683 de<br/>28/05/2003</a> , com<br>veto parcial.                 |

|   |   |  |   |
|---|---|--|---|
| 24/03/2003 -<br>Poder Executivo                                 | <a href="#">SF PDS<br/>117/2003</a><br><a href="#">CD PDC<br/>2117/2002</a> | <u>Ementa:</u> Aprova o ato que autoriza a Associação das Mulheres Mamonenses - AMM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.  | <a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº 456<br/>de 06/08/2003</a>            |
| 09/11/2005 -<br>Deputada Federal<br>Laura Carneiro<br>(PMDB/RJ) | <a href="#">SF PLC<br/>115/2005</a><br><a href="#">CD PL<br/>4293/2004</a>  | <u>Ementa:</u> Declara Patrona do Feminismo Nacional a escritora Rose Marie Muraro.  | <a href="#">Lei nº 11.261 de<br/>30/12/2005</a>                             |
| 24/04/2006 -<br>Senadora Serys<br>Shessarenko<br>(PT/MT)        | <a href="#">SF PRS<br/>31/2006</a>  | <u>Ementa:</u> Altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências.  | 12/01/2011 -<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura<br>(art. 332 do RISF). |
| 30/05/2007 -<br>Senadora Serys<br>Shessarenko<br>(PT/MT)        | <a href="#">SF PLS<br/>296/2007</a><br>CD PL<br>3924/2008                   | <u>Ementa:</u> Altera o nome do "Livro dos Heróis da Pátria" para "Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.  | 23/09/2009 (CD)<br>- Arquivado.   |
| 31/05/2007 -<br>Senador Neuto<br>de Conto<br>(PMDB/SC)          | <a href="#">SF PLS<br/>301/2007</a>   | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "institui o Código Eleitoral e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para proibir coligações nas eleições proporcionais".<br><u>Assunto:</u> O projeto prevê alteração no art. 10, da Lei 9.504/97, para estabelecer que "Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo". | 26/12/2014 -<br>Arquivada ao final<br>da legislatura                        |
| 14/05/2008 -<br>Deputado<br>Federal Leandro<br>Vilela (PMDB/GO) | <a href="#">SF PLC<br/>68/2008</a><br><a href="#">CD PL<br/>1474/2007</a>   | <u>Ementa:</u> Inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus no Livro dos Heróis da Pátria.   | 16/12/2009 -<br>Prejudicada<br>08/03/2010 -<br>Secretaria de<br>Arquivo     |



|  |  |   |  |
|--|--|---|--|
| 09/12/2008 –<br>Poder Executivo  | <a href="#">SF PDS<br/>357/2008</a><br><a href="#">CD PDC<br/>626/2008</a> | <u>Ementa:</u> Aprova o ato que outorga autorização à Associação das Mulheres de São Pedro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucás, Estado do Ceará.   | <a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº 157<br/>de 04/05/2009</a>                       |
| 11/02/2009 –<br>Senadora Serys<br>Slhessarenko<br>(PT/MT)                              | <a href="#">SF PRS 4/2009</a>  | <u>Ementa:</u> Altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, para modificar o prazo de indicação de candidatas e a periodicidade de entrega do Diploma.   | 26/12/2014 –<br>Matéria arquivada<br>ao final da<br>Legislatura (art.<br>332 do RISF). |
| 11/02/2009 –<br>Senadora Serys<br>Slhessarenko<br>(PT/MT)                              | <a href="#">SF PLS<br/>23/2009</a><br><a href="#">CD PL<br/>5746/2009</a>  | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a criação do "Dia Nacional da Mulher Negra" e dá outras providências.   | <a href="#">Lei nº 12.987 de<br/>02/06/2014</a>  |
| 14/07/2009 –<br>Deputado<br>Federal Henrique<br>Eduardo Alves<br>(PMDB/RN) e<br>outros | <a href="#">SF PLC<br/>141/2009</a><br><a href="#">CD PL<br/>5498/2009</a> | <u>Ementa:</u> Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 –Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.<br><u>Assunto:</u> O projeto propõe, entre outras medidas, a inclusão do inciso V ao art. 44 da Lei 9096/95 e inciso XV ao art. 45, para promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento).<br>A Lei nº 13.487/2017, que criou o Fundo Partidário e extinguiu a propaganda partidária no rádio e televisão, revogou o art. 45, acima mencionado. | <a href="#">Lei nº 12.034 de<br/>29/09/2009</a> , com<br>veto parcial.                 |
| 03/06/2009 –<br>Senadora Marisa<br>Serrano<br>(PSDB/MS)                                | <a href="#">SF PLS<br/>241/2009</a>  | <u>Ementa:</u> Altera os arts. 41-A e 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para prever a distribuição de parte dos recursos do Fundo Partidário proporcionalmente ao número de candidatas eleitas pelos partidos no pleito para a Câmara de Deputados.  | 26/12/2014 –<br>Arquivada ao final<br>da legislatura                                   |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| 28/10/2009 –<br>Deputada Federal<br>Sueli Vidigal<br>(PDT/ES) | <a href="#">SF PLC<br/>278/2009</a><br><br><a href="#">CD PL<br/>4765/2009</a>  | <u>Ementa:</u> Institui, no Calendário Oficial do País, o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil.   | <a href="#">Lei nº 13.086 de<br/>08/01/2015</a>  |
| 13/04/2010 –<br>Presidência da<br>República                   | <a href="#">SF PLC<br/>34/2010</a><br><br><a href="#">CD PL<br/>3959/2008</a>   | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo–Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.<br><br><u>Assunto:</u> Conforme se observa da Exposição de Motivos, a proposta busca readequar a estrutura da SPM/PR, em função da ampliação de suas responsabilidades traduzidas no Plano Plurianual – PPA 2008–2011: Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres; Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas (...). Transformado em Lei, criou 3 (três) cargos em comissão, de nível DAS–4, destinados à SPM/PR. | <a href="#">Lei nº 12.272 de<br/>24/06/2010</a>  |
| 27/04/2010 –<br>Senadora Maria<br>do Carmo Alves<br>(DEM/SE)  | <a href="#">SF PLS<br/>112/2010</a><br><br><a href="#">CD PL<br/>7179/2017</a>  | <u>Ementa:</u> Define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.  | 01/12/2017 (CD)<br>–Parecer da<br>Relatora, Dep. Jô<br>Moraes (PCdoB–<br>MG), pela<br>aprovação. |
| 04/11/2010 –<br>Senador Marcelo<br>Crivella (PRB/RJ)          | <a href="#">SF PLS<br/>263/2010</a>   | <u>Ementa:</u> Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que a chapa de candidatos ao Senado inclua ao menos uma mulher.   | 11/04/2016 –<br>Rejeitada<br>22/04/2016 –<br>Coordenação de<br>Arquivo.                          |
| 12/08/2010 –<br>Poder Executivo                               | <a href="#">SF PDS<br/>586/2010</a><br><br><a href="#">CD PDC<br/>2543/2010</a> | <u>Ementa:</u> Aprova o ato que outorga autorização à Associação das Mulheres de Nazaré da Mata para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco.   | <a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº 89<br/>de 03/05/2012</a>                                  |

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
| 07/04/2011 -<br>Senador Eduardo<br>Suplicy (PT/SP) e<br>outros | <a href="#">SF PEC<br/>23/2011</a>  | <u><b>Ementa:</b></u> Acrescenta incisos ao art. 17 da Constituição Federal para prever a realização de eleições internas diretas nos partidos políticos para a escolha de candidatos aos cargos eletivos.  | 12/03/2015 -<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura<br>(art. 332 do RISF).    |
| 10/11/2011 -<br>Poder Executivo                                | <a href="#">SF PDS<br/>333/2011</a><br><a href="#">CD PDC<br/>107/2011</a>  | <u><b>Ementa:</b></u> Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mulher Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.  | <a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº 161<br/>de 10/05/2012</a>               |
| 31/05/2012 -<br>Poder Executivo                                | <a href="#">SF PDS<br/>279/2012</a><br><a href="#">CD PDC<br/>1302/2008</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Aprova o ato que outorga autorização à associação união das mulheres Florianenses – AUMF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Floriano, Estado do Piauí.  | <a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº 532<br/>de 11/10/2012</a>               |
| 04/02/2013 -<br>Senadora<br>Vanessa<br>Graziotin<br>(PCdoB/AM) | <a href="#">SF PRS 2/2013</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.   | <a href="#">Resolução nº 9 de<br/>25/03/2013</a>                               |
| 10/01/2013 -<br>Poder Executivo                                | <a href="#">SF PDS<br/>6/2013</a><br><a href="#">CD PDC<br/>621/2012</a>    | <u><b>Ementa:</b></u> Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Mulher de Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.  | <a href="#">Decreto<br/>Legislativo Nº-<br/>238, DE 2013</a>                   |
| 19/02/2013 -<br>Senador Pedro<br>Simon (PMDB/RS)               | <a href="#">SF PLS<br/>34/2013</a>  | <u><b>Ementa:</b></u> Dá nova redação ao artigo 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “Estabelece normas para as eleições”, para definir a ocupação das vagas por candidatos em pleito proporcional.<br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto prevê que “(...) cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. | 26/12/2014 -<br>Arquivada ao final<br>da legislatura<br>(Art. 332 do<br>RISF). |
| 04/07/2013 -   | <a href="#">SF PLC<br/>48/2013</a>  | <u><b>Ementa:</b></u> Institui o ano de 2013 como o Ano Nacional do Esporte Feminino.   | 28/05/2015 -<br>Aprovado por   |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| Deputada Federal<br>Luci Choinacki<br>(PT/SC)   | <a href="#">CD PL<br/>3192/2012</a>  | <b>Assunto:</b> Conforme Parecer da Relatora: “(...) Tanto o projeto de lei quanto o substitutivo do Senado Federal estabeleceram que a data comemorativa se desse no ano seguinte ao da proposição”.  | unanimidade o<br>Parecer da<br>Relatora<br>Deputada Erika<br>Kokay.  |
| 19/09/2013 –<br>Deputada Federal<br>Sandra Rosado<br>(PSB/RN)                                     | <a href="#">SF PLC<br/>69/2013</a><br><a href="#">CD PL<br/>3684/2012</a>  | <b>Ementa:</b> Inscreve o nome de Clara Camarão no Livro dos Heróis da Pátria.   | <a href="#">Lei nº 13.422 de<br/>27/03/2017</a>  |
| 05/12/2013 –<br>Deputada Federal<br>Sandra Rosado<br>(PSB/RN)                                     | <a href="#">SF PLC<br/>122/2013</a><br><a href="#">CD PL<br/>3683/2012</a> | <b>Ementa:</b> Inscreve o nome de Antonia Alves Feitosa, conhecida como Jovita Alves Feitosa, no Livro dos Heróis da Pátria.   | <a href="#">Lei nº 13.423 de<br/>27/03/2017</a>  |
| 27/06/2013 –<br>Senadoras<br>Vanessa<br>Grazziotin, Ana<br>Rita, Aníbal<br>Diniz, e<br>outras/os. | <a href="#">SF PDS<br/>150/2013</a>  | <b>Ementa:</b> Convoca plebiscito sobre a reserva de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos cargos nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para mulheres.  | 10/03/2015 –<br>Aguardando<br>designação do<br>relator.  |
| 28/05/2013 –<br>Senadora<br>Vanessa<br>Grazziotin<br>(PCdoB/AM)                                   | <a href="#">SF PLS<br/>206/2013</a>  | <b>Ementa:</b> Altera a Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.<br><b>Assunto:</b> O projeto prevê que “cada partido ou coligação deverá, obrigatoriamente, preencher o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento das candidaturas registradas de cada sexo”, estabelecendo ainda sanção para o seu descumprimento. | 10/03/2015 –<br>Comissão de<br>Constituição,<br>Justiça e<br>Cidadania;<br>aguardando<br>designação do<br>relator. |
| 17/06/2013 –<br>Senadora<br>Vanessa<br>Grazziotin<br>(PCdoB/AM)                                   | <a href="#">SF PLS<br/>232/2013</a>  | <b>Ementa:</b> Altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para reservar 30% dos recursos do Fundo Partidário e 30% do tempo da propaganda partidária gratuita, bem como da propaganda eleitoral, no rádio e na televisão, para a promoção e difusão da participação política das mulheres.  | 10/03/2015 –<br>Aguardando<br>designação de<br>relator.  |

|   |   |   |  |
|---|---|---|--|
| 15/10/2013 –<br>Poder Executivo                                     | <a href="#">SF PDS<br/>263/2013</a><br><br><a href="#">CD PDC<br/>1044/2013</a> | <u>Ementa:</u> Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária do Assentamento das Mulheres Organizadas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piri-piri, Estado do Piauí.  | <a href="#">Decreto Legislativo nº 110 de 04/04/2014</a>   |
| 28/08/2013 –<br>Senadora<br>Vanessa<br>Grazziotin<br>(PCdoB/AM)     | <a href="#">SF PLS<br/>343/2013</a>   | <u>Ementa:</u> Altera os arts. 44 e 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aumentar o percentual do Fundo Partidário destinado à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres e o percentual do tempo de propaganda partidária pelo rádio e pela televisão destinado a promover e difundir a participação política feminina.  | 10/03/2015 –<br>Comissão de<br>Constituição,<br>Justiça e<br>Cidadania;<br>aguardando<br>designação de<br>relator. |
| 21/03/2014 –<br>Deputado<br>Federal Ronaldo<br>Benedet<br>(PMDB/SC) | <a href="#">SF PLC<br/>19/2014</a><br><br><a href="#">CD PL<br/>2324/2011</a>   | <u>Ementa:</u> Denomina Ponte Anita Garibaldi a ponte localizada na travessia da Lagoa da Cabeçada e do Canal Laranjeira na BR-101, no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina.   | <a href="#">Lei nº 13.128 de 26/05/2015</a>  |
| 15/10/2014 –<br>Presidência da<br>República                         | <a href="#">CN PLN<br/>23/2014</a>  | <u>Ementa:</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 78.795.954,00 (setenta e oito milhões, setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), para os fins que especifica.<br><br><u>Assunto:</u> Consta da relação de aplicação das despesas a contribuição voluntária para a ONU Mulheres no valor de R\$680.000 (seiscentos e oitenta mil reais). A ONU Mulheres inclui em suas atribuições o empoderamento das mulheres. | Prejudicada, em virtude de não ter sido apreciada antes do encerramento do exercício financeiro de 2014            |
| 05/08/2014 –<br>Senador Rodrigo<br>Rollemberg<br>(PSB/DF)           | <a href="#">SF PRS<br/>34/2014</a>  | <u>Ementa:</u> Denomina Espaço do Servidor Dona Maria Rondon a praça de alimentação localizada na área de estacionamento do Senado Federal.   | 17/08/2015 –<br>Aguardando<br>decisão da Mesa<br>Diretora.   |

|   |                                     |   |   |
|---|-------------------------------------|---|---|
| 06/11/2014 -<br>Senadora<br>Vanessa<br>Grazziotin<br>(PCdoB/AM), e<br>outros/as | <a href="#">SF PEC<br/>42/2014</a>  | <u><b>Ementa:</b></u> Altera os arts. 37, 101, 104, 111-A, 119 e 123 da Constituição Federal, para estabelecer cotas para admissão e progressão funcional de pessoas de cada sexo no âmbito da administração pública.<br><br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto busca, por meio de ação afirmativa, acelerar o processo de inserção das mulheres nos tribunais superiores e cargos de direção da administração pública.   | 10/03/2015 -<br>Aguardando<br>designação de<br>Relator.   |
| 02/04/2014 -<br>Senadora<br>Vanessa<br>Grazziotin<br>(PCdoB/AM)                 | <a href="#">SF PLS<br/>115/2014</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Altera o art. 93-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para estabelecer a obrigatoriedade de o Tribunal Superior Eleitoral promover propaganda destinada a incentivar a participação feminina na política.  | 10/03/2015 -<br>Aguardando<br>designação de<br>relator.   |
| 22/04/2014 -<br>Senador Anibal<br>Diniz (PT/AC)                                 | <a href="#">SF PLS<br/>132/2014</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de julho de 1965 (Código Eleitoral) para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas.   | 07/04/2017 -<br>Comissão de<br>Constituição,<br>Justiça e<br>Cidadania, relator<br>o Senador Paulo<br>Paim.       |
| 10/12/2014 -<br>Senadora Ângela<br>Portela (PT/RR)                              | <a href="#">SF PLS<br/>389/2014</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Altera a redação dos artigos 10 e 44 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e dos artigos 44 e 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para garantir o preenchimento por parte dos Partidos de cinquenta por cento das vagas nas eleições proporcionais para candidatos de cada sexo, estabelecer reserva de tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão para candidaturas de mulheres, elevar o percentual do Fundo Partidário destinado à manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como o percentual do tempo de propaganda partidária gratuita | 10/03/2015 -<br>Comissão de<br>Constituição,<br>Justiça e<br>Cidadania;<br>aguardando<br>designação de<br>relator |

|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
|  |   | destinada a promover e difundir a participação política feminina.  |   |
| 12/03/2015 -<br>Senadora<br>Vanessa<br>Grazziotin<br>(PCdoB/AM) e<br>outras/os | <a href="#">SF PEC<br/>23/2015</a>  | <u>Ementa:</u> Acrescenta o art. 16-A à Constituição Federal, para determinar a paridade de gêneros nos assentos da Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais.   | 15/12/2015 -<br>Pronta para a<br>pauta na<br>Comissão.  |
| 12/03/2015 -<br>Senadora Marta<br>Suplicy (PT/SP) e<br>outras/os               | <a href="#">SF PEC<br/>24/2015</a>  | <u>Ementa:</u> Altera o art. 46 da Constituição Federal, para destinar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para cada gênero.   | 27/04/2017 -<br>Aguardando<br>designação do<br>relator.   |
| 11/02/2015 -<br>Senadora Ângela<br>Portela (PT/RR)                             | <a href="#">SF PLS<br/>27/2015</a>  | <u>Ementa:</u> Altera a redação dos arts. 10 e 44 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e dos arts. 44 e 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para garantir o preenchimento por parte dos partidos de cinquenta por cento das vagas nas eleições proporcionais para candidatos de cada sexo, estabelecer reserva de tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão para candidaturas de mulheres, elevar o percentual do Fundo Partidário destinado à manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como o percentual do tempo de propaganda partidária gratuita destinada a promover e difundir a participação política feminina. | 24/03/2015 -<br>Retirada pela<br>autora.<br>31/03/2015 -<br>Secretaria de<br>Arquivo  |
| 26/03/2015 -<br>Deputada Federal<br>Luiza Erundina<br>(PSOL/SP) e<br>outros/as | <a href="#">SF PEC<br/>38/2015</a><br><br><a href="#">CD PEC<br/>590/2006</a> | <u>Ementa:</u> Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.   | 01/04/2016 -<br>Pronta para<br>deliberação do<br>Plenário.<br>13/09/2017 -<br>Secretaria<br>Legislativa do<br>Senado Federal. |

|  |  |   |  |
|--|--|---|--|
| <p>09/09/2015 –<br/>Senadoras<br/>Vanessa<br/>Grazziotin, Ana<br/>Amélia, Ângela<br/>Portela, Fátima<br/>Bezerra, Gleisi<br/>Hoffmann, Lídice<br/>da Mata, Lúcia<br/>Vânia, Maria do<br/>Carmo Alves,<br/>Marta Suplicy,<br/>Regina Sousa,<br/>Rose de Freitas,<br/>Sandra Braga,<br/>Simone Tebet</p> | <p><a href="#">SF PRS<br/>41/2015</a></p>  | <p><b><u>Ementa:</u></b> Altera a Resolução nº 9, de 25 de março de 2013, que cria a Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal, para alterar a forma de escolha da Procuradora e tratar do quadro de pessoal da Procuradoria.</p> <p><b><u>Assunto:</u></b> O projeto propõe que as próprias Senadoras elejam a Procuradora da Mulher no Senado, passando as parlamentares a ter protagonismo nesse processo.</p>   | <p>08/11/2016 –<br/>Aguardando<br/>decisão da Mesa<br/>Diretora.</p> |
| <p>15/07/2015 –<br/>Deputado<br/>Federal Ilário<br/>Marques (PT/CE)<br/>e outros</p>   | <p><a href="#">SF PLC<br/>75/2015</a></p> <p><a href="#">CD PL<br/>5735/2013</a></p> | <p><b><u>Ementa:</u></b> Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, alterando as instituições político-eleitorais.</p> <p><b><u>Assunto:</u></b> Entre as diversas alterações propostas pelo projeto à Lei nº 9504/1997, consta “promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de um minuto no programa e dois minutos nas inserções a que se refere o art. 49”; e inclui, também, atribuição ao Tribunal Superior Eleitoral no sentido de promover a participação feminina na política, por meio de propaganda institucional nas emissoras de rádio e televisão.</p> | <p><a href="#">Lei nº 13.165 de<br/>29/09/2015</a></p>               |
| <p>23/04/2015 –<br/>Poder Executivo</p>  | <p><a href="#">SF PDS<br/>78/2015</a></p>  | <p><b><u>Ementa:</u></b> Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Mulher da Sombrinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catende, Estado de Pernambuco.</p>   | <p><a href="#">Decreto<br/>Legislativo Nº 17,<br/>DE 2016</a></p>    |



|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
|  | <a href="#">CD PDC<br/>1553/2014</a>  |  |  |
| 13/07/2015 -<br>Comissão da<br>Reforma Política<br>do Senado<br>Federal e<br>outras/os<br>Senadoras/es | <a href="#">SF PEC<br/>98/2015</a><br><br><a href="#">CD PEC<br/>134/2015</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes.<br><br><u><b>Assunto:</b></u> Essa PEC é denominada PEC DA MULHER. Foi proposta a partir da conclusão do Relatório parcial nº 6, de 2015, da Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal - ATS 12/2015.                                  | 15/09/2015 -<br>Remetida à<br>Câmara dos<br>Deputados.<br><br>04/10/2017 (CD)<br>- Proposição<br>Sujeita à<br>Apreciação do<br>Plenário. |
| 12/03/2015 -<br>Senadora<br>Vanessa<br>Grazziotin<br>(PCdoB/AM) e<br>outras/os                         | <a href="#">SF PLS<br/>112/2015</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que estabelece normas para as eleições, para destinar percentual do Fundo Partidário à campanha eleitoral de candidatas do sexo feminino.  | 20/03/2015 -<br>Aguardando<br>designação de<br>Relator.  |
| 23/06/2015 -<br>Poder Executivo  | <a href="#">SF PDS<br/>238/2015</a><br><br><a href="#">CD PDC<br/>1319/2013</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária das Mulheres Amigas do Arvoredo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manga, Estado de Minas Gerais.  | 14/12/2017 -<br>Aprovada por<br>Comissão em<br>decisão<br>terminativa.   |
| 30/06/2015 -<br>Senador<br>Vicentinho Alves<br>(PR/TO)   | <a href="#">SF PLS<br/>413/2015</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Altera o art.44 da Lei 9.096 de 1995, dando nova redação ao inciso V e ao § 5º, acrescenta alíneas a esse parágrafo e inclui o inciso VI ao art.44 desta lei.<br><br><u><b>Assunto:</b></u> Conforme justificativa do projeto, "a Lei dos Partidos Políticos, ora alterada, foi proposta, através de nova redação do inciso V e inclusão do inciso VI, prevendo a obrigatoriedade das agremiações partidárias destinarem 5% dos recursos do fundo partidário, para a promoção e difusão da participação política das mulheres ou | 08/07/2015 -<br>Comissão de<br>Constituição,<br>Justiça e<br>Cidadania;<br>aguardando<br>designação de<br>Relator.                       |

|   |                                 |   |  |
|---|---------------------------------|---|--|
|   |                                 | para custeio de campanhas eleitorais exclusivamente de mulheres filiadas às agremiações”.   |  |
| 05/08/2015 –<br>Senadora Fátima Bezerra (PT/RN),<br>Senador Romário (PSB/RJ),<br>Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) | <a href="#">SF PLS 515/2015</a> | <u>Ementa:</u> Institui o Ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte.   | <a href="#">Lei nº 13.272 de 15/04/2016</a>                      |
| 31/05/2016 –<br>Senador Telmário Mota (PDT/RR)  | <a href="#">SF PRS 36/2016</a>  | <u>Ementa:</u> Altera a Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências, para incluir, entre as pessoas agraciadas, pelo menos 1 (uma) que tenha atuação na causa indigenista.   | 29/11/2017 –<br>Matéria com a Relatoria, Senador Sérgio Petecão. |
| 17/08/2016 –<br>Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)<br>e outras/os   | <a href="#">SF PEC 43/2016</a>  | <u>Ementa:</u> Altera o art. 94 para estabelecer a exigência de diversidade de gêneros na composição das listas sêxtuplas e tríplexes formadas para indicação de membros do Ministério Público e da advocacia para compor os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios. | 18/08/2016 –<br>Aguardando designação do relator.                |
| 01/08/2016 –<br>Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR)  | <a href="#">SF PRS 45/2016</a>  | <u>Ementa:</u> Modifica o Regimento Interno do Senado Federal, para facultar à bancada feminina a indicação de líder e vice-líder, e dá outras providências.  | 10/08/2016 –<br>Designado relator o Senador José Pimentel.       |
| 18/05/2016 –<br>Senadora Regina Sousa (PT/PI)   | <a href="#">SF PLS 216/2016</a> | <u>Ementa:</u> Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o percentual mínimo de empregadas mulheres, nas atividades-fim das empresas com mais de dez empregados.  | 12/07/2017 –<br>Pronta para a pauta na Comissão.                 |

|  |                                 |  |  |
|--|---------------------------------|--|--|
|  |                                 | <u>Assunto:</u> Embora a matéria esteja estreitamente vinculada ao trabalho, mas considerando que se trata de ação afirmativa para inclusão de mais mulheres nas atividades-fim das empresas, as quais podem levar a postos de liderança, incluimos o projeto nesse eixo.                  |  |
| 26/10/2016 –<br>Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)           | <a href="#">SF PLS 398/2016</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a reserva de um percentual mínimo para cada gênero nos conselhos de administração das companhias abertas.  | 07/12/2017 –<br>aguardando designação de relator.                |
| 14/02/2017 –<br>Senador Jorge Viana (PT/AC)                  | <a href="#">SF PRS 2/2017</a>   | <u>Ementa:</u> Altera o Regimento Interno do Senado Federal para garantir vaga na Mesa do Senado Federal para Senadora.  | 23/02/2017 –<br>Matéria com a Relatoria, o Senador José Pimentel |
| 07/03/2017 –<br>Senador Jorge Viana (PT/AC) e outros/as      | <a href="#">SF PEC 7/2017</a>   | <u>Ementa:</u> Garante vaga na Mesa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais para parlamentar do sexo feminino.  | 08/03/2017 –<br>Aguardando designação do relator.                |
| 09/03/2017 –<br>Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) e outros/as | <a href="#">SF PEC 8/2017</a>   | <u>Ementa:</u> Altera a Constituição Federal para garantir expressamente a participação de pessoas de ambos os sexos nas listas tríplexes e sêxtuplas destinadas à escolha dos membros dos tribunais judiciários, dos tribunais de contas e dos Procuradores-Gerais do Ministério Público. | 09/03/2017 –<br>Aguardando designação de relator.                |
| 30/03/2017 –<br>Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ) e outros      | <a href="#">SF PEC 13/2017</a>  | <u>Ementa:</u> Altera os artigos 73 e 92 da Constituição para estabelecer critérios para a nomeação de ministros do Tribunal de Contas da União e tribunais superiores do Poder Judiciário, e assegurar a alternância de sexo nessa nomeação.  | 04/07/2017 –<br>Matéria com a relatora, Senadora Marta Suplicy.  |
| 13/03/2017 –   | <a href="#">SF PLC 22/2017</a>  | <u>Ementa:</u> Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Zuleika Angel Jones e altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007.   | <a href="#">Lei nº 13.433 de 12/04/2017</a>                      |

---

|  |                                     |  |  |
|--|-------------------------------------|--|--|
| Deputada Federal<br>Jandira Feghali<br>(PCdoB/RJ)            | <a href="#">CD PL<br/>4411/2016</a> |  |  |
| 07/06/2017 –<br>Senador Romero<br>Jucá (PMDB/RR) e<br>outros | <a href="#">SF PLS<br/>180/2017</a> | <u>Ementa:</u> Altera a redação da Lei nº 9.096. de 19 de setembro de 1995, para disciplinar o prazo dos órgãos partidários provisórios; a comunicação de filiação partidária à Justiça Eleitoral; as doações aos partidos políticos e candidatos por pessoas jurídicas de qualquer natureza e pessoas naturais que exerçam função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, outro cargo ou emprego público temporário, de administrador de empresa pública ou sociedade de economia mista, e de concessionária, permissionária ou autorizatória de serviço público; e ainda, dispor sobre a participação feminina na propaganda partidária gratuita; e dá outras providências. | 01/08/2017 –<br>Comissão de<br>Constituição,<br>Justiça e<br>Cidadania;<br>aguardando<br>designação de<br>relator. |

## Eixo Temático 2

### Trabalho e Autonomia Econômica

O Eixo Temático “Trabalho e Autonomia Econômica” inclui proposições relacionadas ao trabalho, seja no acesso ou desenvolvimento das carreiras, compatibilização trabalho e família, entre outras, as quais, mesmo sem vínculo direto com o trabalho, resultam em autonomia econômica ou em incremento no patrimônio econômico das mulheres.

Este Eixo conta com quatro Medidas Provisórias (MPV), sete Projetos de Decreto Legislativo do Senado Federal (PDS), 16 Propostas de Emenda à Constituição (PEC), 68 Projetos de Lei do Senado (PLS) e 44 Projetos de Lei da Câmara (PLC), totalizando 139 proposições.

| Data/Autor/a   | Tipo/<br>Número/ano                                       | Ementa/ Assunto   | Situação  |
|--|---|---|---|
| 02/02/1988 –<br>Comissão de<br>Relações<br>Exteriores          | SF PDS<br>12/1988   | <u>Ementa:</u> Aprova os textos das Recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período 1962 a 1985.<br><u>Assunto:</u> O projeto foi rejeitado, sob o argumento do Executivo (Mensagem nº 149/2000) de que não cabe aprovação legislativa sobre Recomendações. | 29/08/2000 –<br>Rejeitada por<br>Comissão em<br>decisão não<br>terminativa (art.<br>254 do RISF). |
| 15/06/1988 –<br>Presidência da<br>República                    | SF PLC<br>13/1989<br><a href="#">CD PL<br/>772/1988</a>   | <u>Ementa:</u> Cria Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO) e dá outras providências.<br><u>Assunto:</u> O projeto prevê o ingresso de mulheres no Quadro de Oficiais, remetendo a matéria ao regulamento.  | <a href="#">Lei nº 7.831 de<br/>02/10/1989</a>  |
| 03/08/1989 –<br>Senador<br>Francisco<br>Rollemberg<br>(PTN/SE) | SF PLS<br>205/1989<br><a href="#">CD PL<br/>3940/1989</a> | <u>Ementa:</u> Assegura ao marido o direito à percepção de pensão por morte da mulher funcionária nos casos que menciona.<br><u>Assunto:</u> Entre outros objetivos, o projeto contribui para a valorização do trabalho da  | 29/11/1991 –<br>Arquivada ao<br>final da<br>Legislatura.  |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
|   |  | mulher na medida em que busca romper com a noção de que apenas a esposa pode ser dependente e receber os frutos do trabalho do marido.  |  |
| 08/08/1989 –<br>Comissão<br>Diretora                                      | SF PLS<br>213/1989                                       | <u>Ementa:</u> Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5452, de 01 de maio de 1943, de acordo com o artigo sétimo e seus incisos da Constituição Federal e dá outras providências.<br><u>Assunto:</u> O projeto busca regulamentar diversos dispositivos da CLT, em virtude da promulgação da Constituição de 1988, entre eles, alguns afetos, particularmente, ao trabalho da mulher.  | 17/12/1990 –<br>Arquivada ao<br>final da<br>Legislatura. |
| 07/12/1989 –<br>Presidência da<br>República                               | SF PLC<br>10/1990<br><a href="#">CD PL<br/>4352/1989</a> | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a pensão especial devida aos ex-combatentes da segunda guerra mundial e a seus dependentes.<br><u>Assunto:</u> O projeto especifica quem são os dependentes, incluindo esposa, ex-esposa e companheira e os requisitos para a habilitação à pensão.   | <a href="#">Lei nº 8.059 de<br/>04/07/1990</a>           |
| 14/09/1988 –<br>Deputado<br>Federal Sólton<br>Borges dos Reis<br>(PTB/SP) | SF PLC<br>23/1990<br><a href="#">CD PL<br/>926/1988</a>  | <u>Ementa:</u> Dá nova redação ao Inciso II do parágrafo único do art. 258 da Lei nº 3071, de 01 de janeiro de 1916 – Código Civil.<br><u>Assunto:</u> O Projeto prevê alteração de artigo do Código Civil, vigente à época (Lei 3071/1916), que obrigava homens, com mais de sessenta anos e mulheres, com mais de cinquenta anos, a se casarem sob o regime de separação de bens. O objetivo do projeto era a unificação das idades em sessenta anos, para homens e mulheres. A idade foi elevada para 70 (setenta) anos, pela Lei nº 12.344, de 2010, mas remanesce, ainda, a discussão sobre a imposição legal de regime de separação de bens no casamento dessas pessoas, tendo em vista que limita o direito de homens e mulheres, livremente, dispor de seu patrimônio, em razão da idade. | 26/11/1997 –<br>Prejudicada                              |

|   |   |  |   |
|---|---|--|---|
| 24/04/1990 –<br>Senador Mário<br>Covas (PSDB/SP)                        | SF PLS<br>32/1990   | <u><b>Ementa:</b></u> Dispõe sobre a proteção do mercado de trabalho da mulher nos termos do artigo 7º, XX, da Constituição Federal e dá outras providências.  | 17/12/1990 –<br>Arquivada ao<br>final da<br>Legislatura.  |
| 20/06/1990 –<br>Senador<br>Fernando<br>Henrique<br>Cardoso<br>(PSDB/SP) | SF PLS<br>72/1990   | <u><b>Ementa:</b></u> Estabelece medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher e dá outras providências.  | 17/12/1990 –<br>Arquivada ao<br>final da<br>Legislatura.  |
| 14/11/1990 –<br>Presidência da<br>República                             | SF PLC<br>103/1990<br><a href="#">CD PL<br/>5943/1990</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Altera a redação do art. 4º da Lei 6932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.<br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto assegura a continuidade da bolsa de estudos para a médica residente durante o período de quatro meses, quando gestante. Não obstante a revogação da Lei 8.138/91, o benefício foi mantido pela Lei nº 12.514/2011, com a instituição de licença paternidade e licença maternidade a esses profissionais. | <a href="#">Lei nº 8.138 de<br/>28/12/1990</a><br><br>Revogada pela<br><a href="#">Lei nº 10.405, de<br/>09/01/2002</a> |
| 05/02/1985<br>Presidência da<br>República                               | SF PLC<br>23/1991<br><a href="#">PL 4978/1985</a>         | <u><b>Ementa:</b></u> Dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por sua carga e dá outras providências.<br><u><b>Assunto:</b></u> O seguro obrigatório é uma forma de conferir cobertura pecuniária ao cônjuge sobrevivente e aos dependentes em caso de sinistro. Para esse fim, o projeto inclui artigo específico equiparando a companheira à esposa, para o recebimento da indenização.  | <a href="#">Lei nº 8.374 de<br/>30/12/1991</a>  |
| 30 /04/1991 –<br>Presidência da<br>República                            | SF PLC<br>35/1991<br><a href="#">CD PL<br/>825/1991</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.<br><u><b>Assunto:</b></u> Inclui, entre outros dispositivos, critérios diferenciados, de idade entre homens e mulheres, para a obtenção da aposentadoria.   | <a href="#">Lei nº 8.213 de<br/>24/07/1991</a>  |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| 08/03/1989<br>Deputado<br>Federal Hélio<br>Rosas (PMDB/SP)              | SF PLC<br>44/1991<br><a href="#">CD PL<br/>1651/1989</a>  | <u><b>Ementa:</b></u> Acrescenta parágrafo ao art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto – lei 5452, de 01 de maio de 1943.<br><br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto prevê imposição de sanção para as empresas com mais de 30 mulheres em seus quadros, que não implantarem creches destinadas à assistência, educação e amamentação dos/as filhos/as das trabalhadoras. | 16/12/1991 –<br>Rejeitada                                |
| 03/04/1991 –<br>Senador Mário<br>Covas (PSDB/SP)                        | SF PLS<br>45/1991   | <u><b>Ementa:</b></u> Dispõe sobre a proteção do mercado de trabalho da mulher nos termos do artigo 7º, XX, da Constituição Federal, e dá outras providências.   | 13/03/1995 –<br>Arquivada ao<br>final da<br>Legislatura. |
| 18/05/1989 –<br>Deputado<br>Federal Florestan<br>Fernandes<br>(PT/SP)   | SF PLC<br>45/1991<br><a href="#">CD PL<br/>2405/1989</a>  | <u><b>Ementa:</b></u> Dispõe sobre a concessão de bolsa de estudo e pesquisa aos pós-graduandos e dá outras providências.<br><br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto inclui a prorrogação do curso por um período de 4 (quatro) meses para a estudante gestante.  | 25/10/1995 –<br>Prejudicada.                             |
| 05/04/1991 –<br>Senador<br>Fernando<br>Henrique<br>Cardoso<br>(PSDB/SP) | SF PLS<br>52/1991   | <u><b>Ementa:</b></u> Estabelece medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher e dá outras providências.  | 13/03/1995 –<br>Arquivada ao<br>final da<br>Legislatura. |
| 19/04/1991 –<br>Senador Nelson<br>Carneiro<br>(PMDB/RJ)                 | SF PLS<br>88/1991   | <u><b>Ementa:</b></u> Dispõe sobre a aposentadoria por tempo de serviço no regime da Lei 3807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.<br><br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto inclui critérios diferenciados de idade, entre homens e mulheres, para a obtenção da aposentaria.  | 12/12/1991 –<br>Retirada pelo<br>autor                   |
| 18/07/1990 –<br>Presidência da<br>República                             | SF PLC<br>103/1991<br><a href="#">CD PL<br/>2017/1991</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.<br><br><u><b>Assunto:</b></u> Consta do projeto a previsão de ingresso de mulheres nos quadros de Oficiais do Corpo de   | <a href="#">Lei nº 8.258, de<br/>06/12/1991</a>          |



|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
|  |   | Bombeiros. A Lei 8.258/91 foi revogada pela Lei nº 12.086/2009, que regulou sobre o mesmo assunto, mantendo a possibilidade de ingresso das mulheres nos Quadros do Corpo de Bombeiros.  |  |
| 16/08/1983 –<br>Deputado<br>Federal Victor<br>Faccioni (PDS/RS)      | SF PLC<br>107/1991<br><br><a href="#">CD PL<br/>1877/1983</a> | <u>Ementa:</u> Altera dispositivos da Lei 6194, de 19 de dezembro de 1974, que trata do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT.<br><u>Assunto:</u> O seguro obrigatório é uma forma de conferir cobertura pecuniária ao cônjuge sobrevivente e dependentes em caso de sinistro. Nesse sentido, o projeto equipara a companheira à esposa, nos casos admitidos pela legislação previdenciária, para o recebimento da indenização referida, incluindo, também a equiparação do companheiro ao esposo, nas condições que especifica. | <a href="#">Lei nº 8.441 de<br/>13/07/1992</a> |
| 20/03/1991 –<br>Deputada Federal<br>Sandra<br>Cavalcanti<br>(PPR/RJ) | SF PLC<br>112/1991<br><br><a href="#">PL 396/1991</a>         | <u>Ementa:</u> Reajusta a Pensão Especial mensal concedida às viúvas de ex-Presidentes da República.   | <a href="#">Lei nº 8.400 de<br/>07/01/1992</a> |
| 23/05/1991 –<br>Senador Jutahy<br>Magalhães<br>(PSDB/BA)             | SF PLS<br>165/1991  | <u>Ementa:</u> Regulamenta o Art. 143, inciso primeiro e segundo, da Constituição da República, que dispõe sobre a prestação de serviço alternativo ao Serviço Militar Obrigatório.<br><u>Assunto:</u> O projeto, entre outros objetivos, isenta as mulheres e os eclesiásticos do Serviço Militar Obrigatório em tempo de paz.  | 17/03/1992 –<br>Retirada pelo<br>autor         |
| 20/06/1991 –<br>Senador Nelson<br>Wedekin (PPS/SC)                   | SF PLS<br>233/1991  | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a aposentadoria do trabalhador rural e dá outras providências.<br><u>Assunto:</u> O projeto inclui critérios diferenciados de idade, entre homens e mulheres, para a obtenção do benefício.  | 20/02/1992 –<br>Prejudicada                    |

|  |  |  |   |
|--|--|--|---|
| 01/06/1992 CPI do Extermínio de Crianças             | SF PLC 112/1992<br><a href="#">PL 2802/1992</a>        | <u><b>Ementa:</b></u> Altera os §§ 1º e 2º e acrescenta os §§ 3º, 4º, 5º e 6º ao art. 389 do Decreto-lei nº 5452, de 01 de maio de 1943.<br><u><b>Assunto:</b></u> Dispõe que os estabelecimentos em que trabalham pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, deverão criar espaços destinados à guarda e assistência técnica e educacional de seus filhos, no período de amamentação até os 06 (seis) anos de idade, podendo ser suprida essa exigência por meio de creches e pré-escolas. | 07/01/1998 – Vetada integralmente.              |
| 20/08/1992 – Senador Márcio Lacerda (PMDB/MT)        | SF PLS 127/1992  | <u><b>Ementa:</b></u> Define crime contra o acesso e a permanência da mulher no emprego.   | 13/03/1995 – Arquivada ao final da Legislatura. |
| 26/11/1992 – Presidência da República                | CN MPV 311/1992  | <u><b>Ementa:</b></u> Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória 00311, de 26 de novembro de 1992, que disciplina o pagamento de vantagens que menciona e dá outras providências.<br><u><b>Assunto:</b></u> Embora o pagamento da vantagem, pela Função de Fiscal, possa ser auferida por mulheres ou homens, a finalidade do projeto é o estímulo à proteção do trabalho das mulheres.   | <a href="#">Lei nº 8.538, de 21/12/1992</a>     |
| 29/03/1989 Deputada Federal Rita Camata (PSDB/ES)    | SF PLC 173/1993<br><br><a href="#">CD PL 1864/1989</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Da nova redação aos artigos 387 e 392 da consolidação das Leis do Trabalho – CLT, altera os artigos 12 e 25 da lei 8212, de 24 de julho de 1991, e os artigos 39, 71, 73 e 106 da Lei 8213, de 24 de julho de 1991, todos pertinentes à licença-maternidade.   | <a href="#">Lei nº 8.861 de 25/03/1994</a>      |
| 24/11/1988 Deputado Federal Carlos Cardinal (PDT/RS) | SF PLC 211/1993<br><br><a href="#">CD PL 1231/1988</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Da nova redação ao § 1º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 01 de maio de 1943.<br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto busca estender aos homens trabalhadores, que detêm a guarda de seus filhos, o mesmo direito descrito § 1º do art. 389, às  | 03/11/1999 – Rejeitada pelo Plenário            |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|   |   | mulheres trabalhadoras, ou seja, creches mantidas pelo empregador.   |  |
| 11/06/1991<br>Deputado Federal Eduardo Jorge (PT/SP) e Deputada Federal Sandra Starling (PT/MG) | SF PLC 226/1993<br><a href="#">CD PL 1104/1991</a>                    | <u>Ementa:</u> Da nova redação ao inciso II do artigo 131 da Consolidação das Leis do Trabalho.<br><br><u>Assunto:</u> O projeto estipula que o período de afastamento da mulher trabalhadora ao serviço por licença maternidade ou aborto não seja considerado falta ao serviço.  | <a href="#">Lei nº 8.921 de 25/07/1994</a>   |
| 06/03/1991<br>Deputada Federal Benedita da Silva (PT/RJ)  | SF PLC 83/1994<br><a href="#">CD PL 229/1991</a>                      | <u>Ementa:</u> Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências.  | <a href="#">Lei nº 9.029 de 13/04/1995</a>   |
| 19/09/1991<br>Deputada Federal Beth Azize (PDT/AM)  | <a href="#">SF PLC 84/1994</a><br><br><a href="#">CD PL 1888/1991</a> | <u>Ementa:</u> Regulamenta o § 3º do artigo 226 da Constituição Federal.<br><br><u>Assunto:</u> O projeto prevê, entre outros dispositivos, que a aquisição de bens imóveis e móveis pelo casal durante a união estável é fruto do trabalho e da colaboração comum, razão pela qual o incluímos no eixo da autonomia econômica das mulheres.   | <a href="#">Lei nº 9.278 de 10/05/1996</a><br><br>Veto Parcial aposto ao PLC 84/1994 foi mantido pelo Congresso Nacional |
| 01/07/1993 –<br>Comissão de Relações Exteriores   | SF PDS 90/1994<br><br>CD PDC 343/1993                                 | <u>Ementa:</u> Aprova o texto do acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, em 26 de março de 1993.<br><br><u>Assunto:</u> Embora o Acordo mencione “cônjuge” como dependente, em geral, as justificativas trazem o papel da mulher na sociedade e sua reivindicação ao direito ao trabalho, evidenciando um corpo funcional predominantemente masculino. | <a href="#">Decreto Legislativo nº 51 de 11/04/1995</a><br><br><a href="#">Decreto nº 1.627 de 08/09/1995</a>            |

|   |   |   |  |
|---|---|---|--|
| 28/06/1989 –<br>Deputado<br>Federal Tarso<br>Genro (PT/RS)    | SF PLC<br>142/1994<br><a href="#">CD PL<br/>3113/1989</a>   | <b><u>Ementa:</u></b> Introduz artigo nas disposições especiais do Capítulo IX da Consolidação das Leis do Trabalho.<br><b><u>Assunto:</u></b> Propõe incluir na CLT garantias contra a demissão por discriminação política, ideológica, religiosa ou sexual.   | 29/01/1999 –<br>Decisão:<br>Arquivada ao<br>final da<br>Legislatura (art.<br>332 do RISF).                                     |
| 18/08/1993 –<br>Comissão de<br>Relações<br>Exteriores         | SF PDS<br>7/1995<br><br>CD PDC<br>342/1993                  | <b><u>Ementa:</u></b> Aprova o texto do Acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em 14 de abril de 1993.<br><b><u>Assunto:</u></b> Embora o Acordo mencione “cônjuge” como dependente, em geral, as justificativas trazem o papel da mulher na sociedade e sua reivindicação ao direito ao trabalho, evidenciando um corpo funcional predominantemente masculino. | <a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº 79<br/>de 09/05/1995</a><br><br><a href="#">Decreto nº 1.624<br/>de 08/09/1995</a>      |
| 30/04/1991 –<br>Deputado<br>Federal Amaury<br>Muller (PDT/RS) | SF PLC<br>58/1995<br><br><a href="#">CD PL<br/>888/1991</a> | <b><u>Ementa:</u></b> Dispõe sobre a locação de recursos provenientes de exploração de loteria esportiva federal, sena e loto e dá outras providências.<br><b><u>Assunto:</u></b> O Projeto inclui, na alocação de recursos, o percentual de 30% (trinta por cento) para apoio a gestantes, nutrízes e creches.   | 14/11/1995 –<br>Rejeitada  |
| 29/06/1994 –<br>Comissão de<br>Relações<br>Exteriores         | SF PDS<br>84/1995<br><br>CD PDC<br>32/1995                  | <b><u>Ementa:</u></b> Aprova o texto do Acordo, por troca de notas, relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca, em Brasília, em 22 de março de 1994.<br><b><u>Assunto:</u></b> Embora o Acordo mencione “cônjuge” como dependente, em geral, as justificativas trazem o papel da mulher na sociedade e sua reivindicação ao direito ao trabalho, evidenciando             | <a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº<br/>132 de<br/>20/10/1995</a><br><br><a href="#">Decreto nº 1.743<br/>de 08/12/1995</a> |

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
|  |   | um corpo funcional predominantemente masculino.   |  |
| 26/12/1994 -<br>Comissão de<br>Relações<br>Exteriores      | SF PDS<br>85/1995<br><br>CD PDC<br>123/1995               | <u>Ementa:</u> Aprova o texto do Acordo, por troca de notas, sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, em Camberra, em 22 de agosto de 1994.<br><u>Assunto:</u> Embora o Acordo mencione “cônjuge” como dependente, em geral, as justificativas trazem o papel da mulher na sociedade e sua reivindicação ao direito ao trabalho, evidenciando um corpo funcional predominantemente masculino. | <a href="#">Decreto Legislativo nº 124 de 02/10/1995</a><br><br><a href="#">Decreto nº 1.710 de 22/11/1995</a> |
| 13/11/1991<br>Deputado<br>Federal Eduardo<br>Jorge (PT/SP) | SF PLC<br>101/1995<br><br><a href="#">CD PL 1920/1991</a> | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes a organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades continuamente em terminais de vídeo.<br><u>Assunto:</u> O projeto prevê a liberação da empregada gestante dos trabalhos em frente ao vídeo, no prazo de 30 dias da comprovação da gravidez.  | 16/03/2003 -<br>Arquivada ao<br>final da<br>Legislatura (art.<br>332 do RISF).                                 |
| 11/04/1995 -<br>Senador Ronaldo<br>Cunha Lima<br>(PSDB/PB) | SF PLS<br>119/1995  | <u>Ementa:</u> Altera o artigo 1744 da Lei 3071, de primeiro de janeiro de 1916 - Código Civil para excluir a desonestidade da filha que vive na casa paterna, dentre as causas que autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes.<br><u>Assunto:</u> o projeto busca excluir norma discriminatória contra as mulheres, que podem repercutir no patrimônio e autonomia econômica.  | 26/11/1997 -<br>Prejudicada  |
| 05/05/1995 -   | SF PLS<br>147/1995  | <u>Ementa:</u> Estabelece medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos e dá outras providências.   | 10/12/1998 -<br>Prejudicada  |

|   |  |   |   |
|---|--|---|---|
| Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)                                     |  |   |   |
| 09/05/1995 - Senador Osmar Dias (PDT/PR)                                    | SF PLS 152/1995<br><a href="#">CD PL 1291/1995</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Institui o Vale do Leite e dá outras providências.<br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto inclui a concessão de Vale à gestante trabalhadora e esposa gestante do empregado.   | 23/10/1997 - Arquivada ao final da Legislatura.   |
| 09/03/1995 - Deputadas Federais Maria Laura (PT/DF) e Marta Suplicy (PT/SP) | SF PLC 26/1996<br><a href="#">CD PL 131/1995</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Dispõe sobre a indenização a companheira ou ao companheiro, no caso de acidente de trabalho ou de transporte, com morte do segurado da previdência social.  | 21/06/1999 -. Matéria vetada integralmente (MSG 841/1999)<br>22/09/1999 - Veto mantido. |
| 20/03/1991 - Deputada Federal Rita Camata (PSDB/ES)                         | SF PLC 29/1996<br><a href="#">CD PL 382/1991</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Dispõe sobre o acesso ao mercado de trabalho e determina outras providências.<br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto é específico para a proteção ao trabalho da mulher, buscando afastar práticas discriminatórias, tais como proibição de revistas íntimas nas empregadas; teste de gravidez no acesso ao trabalho, publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, cor ou situação familiar, etc.; estipulou também garantias quanto a participação das mulheres em cursos de capacitação, dispensa para realização de consultas médica pré-natal, etc. Interessante o item que estimula, por meio de incentivos fiscais, maior incremento no percentual de mulheres na empresa, cursos de formação e incremento no salário médio em relação ao salário dos homens, mas que não foi adiante, conforme se observa do texto da Lei. | <a href="#">Lei nº 9.799 de 26/05/1999</a>  |
| 27/06/1996 -  | <a href="#">SF PEC 32/1996</a>                     | <u><b>Ementa:</b></u> Altera os §§ 1º e 2º do art. 143 da Constituição Federal.   | 21/08/2013 CD - Apense-se a   |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL/BA)                 | <a href="#">CD PEC 602/1998</a>                   | <u>Assunto:</u> O projeto prevê que as mulheres e os eclesiásticos fiquem isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz; especifica também que estarão sujeitos a outros encargos que a lei lhes atribuir.  | este a PEC 154/2007.                       |
| 19/04/1996<br>Presidência da República                    | SF PLC 67/1996<br><a href="#">CD PL 1803/1996</a> | <u>Ementa:</u> Altera dispositivo da Lei 6450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências.<br><u>Assunto:</u> O projeto tem por objetivo unificar os quadros de policiais militares masculino e feminino. Segundo a justificativa, os quadros separados trazem prejuízo funcional para as mulheres, a exemplo da promoção. Contudo, prevê também que o efetivo de policiais militares femininos será de até dez por cento do efetivo de cada quadro. | <a href="#">Lei nº 9.713 de 25/11/1998</a> |
| 07/08/1997 –<br>Senador Pedro Simon (PMDB/RS) e outros/as | <a href="#">SF PEC 24/1997</a>                    | <u>Ementa:</u> Altera o artigo 143 da Constituição Federal.<br><u>Assunto:</u> O projeto prevê que as mulheres e os eclesiásticos fiquem isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz; especifica também que estarão sujeitos a outros encargos que a lei lhes atribuir.   | 13/05/1998 –<br>Prejudicada                |
| 24/12/1996 –<br>Presidência da República                  | SF PLC 41/1997<br><a href="#">CD PL 2683/1996</a> | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.<br><u>Assunto:</u> Pela Exposição de Motivos no. 133/MM, o projeto busca assegurar a igualdade de direitos às mulheres que integram o Quadro Miliar em relação aos militares do sexo masculino do mesmo Corpo ou Quadro. Não obstante, mais ao final da exposição, há menção à restrição de acesso, pelas mulheres, a alguns cargos da Marinha.        | <a href="#">Lei nº 9.519 de 26/11/1997</a> |
| 19/03/1997 –  | SF PLS 41/1997                                    | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a reserva de recursos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família e dá outras providências.  | 29/01/1999 –<br>Arquivada ao               |

|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
| Senadora Emília Fernandes (PT/RS)                      |   |  | final da Legislatura                            |
| 24/04/1997 – Senador Abdias Nascimento (PDT/RJ)        | SF PLS 75/1997  | <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre medidas de ação compensatória para a implementação do princípio da isonomia social do negro.</p> <p><b>Assunto:</b> O projeto propõe, dentre outras medidas, ações afirmativas para homens e mulheres negras em todos os postos de trabalho e de direção. Segundo a justificativa, o projeto de lei pretende atingir três dimensões da discriminação racial contra o negro no Brasil: as oportunidades e remuneração do trabalho, a educação e o tratamento policial.</p> | 29/01/1999 – Arquivada ao final da Legislatura  |
| 08/08/1997 – Presidência da República                  | SF PLC 56/1998<br><br><a href="#">CD PL 3470/1997</a> | <p><b>Ementa:</b> Cria o Quadro de Oficiais de Saúde do Exército – QOSAU, e dá outras providências.</p> <p><b>Assunto:</b> Projeto de Lei nº 3470, de 1997, de iniciativa do Poder Executivo, cria, no Ministério do Exército, o Quadro de Oficiais de Saúde – QOSAU. O projeto inclui a possibilidade de acesso das mulheres a esses cargos.</p>  | 18/08/1999 – Retirada pelo autor                |
| 30/06/1999 – Senador Ramez Tebet (PMDB/MS) e outros/as | SF PEC 63/1999  | <p><b>Ementa:</b> Dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal (dispõe sobre legislação previdenciária).</p> <p><b>Assunto:</b> Propõe critérios diferenciados de idade, entre homens e mulheres, para a concessão do benefício previdenciário.</p>  | 16/05/2001 – Prejudicada                        |
| 16/03/1999 – Senadora Emília Fernandes (PT/RS)         | SF PLS 133/1999                                       | <p><b>Ementa:</b> Altera os artigos 4º e 11 da Lei 4380, de 21 de agosto de 1964, visando reservar recursos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família.</p>   | 29/01/2003 – Arquivada ao final da Legislatura. |
| 17/04/2000 – Deputada Federal Maria Elvira (PMDB/MG)   | <a href="#">SF PLC 12/2000</a>                        | <p><b>Ementa:</b> Institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.</p>  | 21/03/2013 (CD) – Apresentação Requerimento.    |



|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
|   | <a href="#">CD PL 885/2000</a>   |   |  |
| 04/08/2000 –<br>Senadora Maria do Carmo Alves (PFL/SE) e outros | <a href="#">SF PEC 31/2000</a>   | <b>Ementa:</b> Acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.   | 21/08/2017<br>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.<br>Apense-se a este PEC-196/2016. |
| 26/10/2000 –<br>Deputado Federal Ademir Lucas (PSDB/MG)         | <a href="#">SF PLC 81/2000</a><br><br><a href="#">CD PL 1455/1999</a>                    | <b>Ementa:</b> Revoga o artigo 376 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para permitir a realização de horas-extras por mulheres.<br><br><b>Assunto:</b> O art. 376, à época do projeto, estava inscrito na CLT no capítulo da proteção ao trabalho da mulher, mas restringindo o direito de fazer horas extras. | <a href="#">Lei nº 10.244 de 27/06/2001</a>  |
| 26/10/2000 –<br>Deputado Federal Ricardo Izar (PSD/SP)          | <a href="#">SF PLC 84/2000</a><br><a href="#">CD PL 1542/1991</a><br><br>Veto nº 16/2007 | <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica.  | 05/08/2009 –<br>Vetada integralmente.  |
| 26/10/2000 –<br>Deputada Federal Rita Camata (PMDB/ES)          | SF PLC 96/2000<br><a href="#">CD PL 588/1995</a>   | <b>Ementa:</b> Altera dispositivos da Lei nº 7644, de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências, adequando-a à Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.  | 04/04/2007 –<br>Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF)                   |
| 22/03/2001 –<br>Deputada Federal Iara Bernardi (PT/SP)          | <a href="#">SF PLC 14/2001</a><br><a href="#">CD PL 61/1999</a>                          | <b>Ementa:</b> Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.   | <a href="#">Lei nº 10.224 de 15/05/2001</a> , com veto parcial.                        |
| 07/03/2001 –  | <a href="#">SF PLS 16/2001</a>   | <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a concessão de título de transferência de posse e de domínio das moradias financiadas com recursos do Orçamento Geral da União, preferencialmente à mulher.   | 27/11/2008 –<br>Aprovado por Unanimidade o   |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| Senador Mauro Miranda (PMDB/G O)                                  | <a href="#">CD PL 7072/2002</a>                                    |  | Parecer da CCJC da CD.   |
| 13/12/2001 - Senadora Marina Silva (PT/AC) e outros               | <a href="#">SF PEC 56/2001</a>                                     | <b>Ementa:</b> Altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.<br><b>Assunto:</b> Propõe critérios diferenciados de idade, entre homens e mulheres, para a concessão da aposentadoria.   | 13/05/2015 - CD<br>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.                                      |
| 18/10/2001 - Deputada Federal Fátima Pelaes (PMDB/AP)             | <a href="#">SF PLC 101/2001</a><br><a href="#">CD PL 1733/1996</a> | <b>Ementa:</b> Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5472, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991 (Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social).  | <a href="#">Lei nº 10.421 de 15/04/2002</a> , com veto parcial.  |
| 29/06/2001 - Senador Mozarildo Cavalcanti (PPB/RR)                | SF PLS 125/2001  | <b>Ementa:</b> Altera a redação do artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho que "Estabelece o tempo da Licença Maternidade".  | 21/03/2002 - Prejudicada.<br>12/11/2008 - Coordenação de Arquivo.  |
| 23/08/2001 - Senador Romeu Tuma (PTB/SP)                          | <a href="#">SF PLS 149/2001</a><br><a href="#">CD PLP 275/2001</a> | <b>Ementa:</b> Atualiza a ementa e altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do artigo 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial.   | <a href="#">Lei Complementar nº 144 de 15/05/2014</a>  |
| 10/09/2001 - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional | <a href="#">SF PDS 298/2001</a><br><a href="#">CD PDC 164/1995</a> | <b>Ementa:</b> Aprova o texto da Convenção nº 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao Trabalho Noturno.<br><b>Assunto:</b> A Convenção traz normas específicas para o trabalho noturno das mulheres, em especial relativas ao período da gravidez e parto, e garantias que essas alterações não resultem em redução de seus direitos. | <a href="#">Decreto Legislativo nº 270 de 13/11/2002</a><br><a href="#">Decreto nº 5005, de 08/03/2004</a> |

|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
| <p>18/10/2001 –<br/>Comissão de<br/>Relações<br/>Exteriores e de<br/>Defesa Nacional</p> | <p><a href="#">SF PDS<br/>367/2001</a></p> <p><a href="#">CD PDC<br/>680/2000</a></p> | <p><b><u>Ementa:</u></b> Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 10 de abril de 2000.</p> <p><b><u>Assunto:</u></b> Embora o Acordo mencione “cônjuge” como dependente, em geral, as justificativas trazem o papel da mulher na sociedade e sua reivindicação ao direito ao trabalho, evidenciando um corpo funcional predominantemente masculino.</p> | <p><a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº 40<br/>de 18/04/2002</a></p> <p><a href="#">Decreto nº 4372<br/>de 11/09/2002</a></p> |
| <p>29/05/2003 –<br/>Presidência da<br/>República</p>                                     | <p><a href="#">SF PLC<br/>41/2003</a></p> <p><a href="#">CD PL<br/>354/2003</a></p>   | <p><b><u>Ementa:</u></b> Altera a Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário maternidade devido às seguradas empregada e trabalhadora avulsa, gestantes.</p>   | <p><a href="#">Lei nº 10.710 de<br/>05/08/2003</a></p>  |
| <p>28/08/2003 –<br/>Presidência da<br/>República</p>                                     | <p><a href="#">SF PEC<br/>67/2003</a></p> <p><a href="#">CD PEC<br/>40/2003</a></p>   | <p><b><u>Ementa:</u></b> Modifica os artigos 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do artigo 142 e o § 10 do artigo 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.</p> <p><b><u>Assunto:</u></b> PEC da Reforma da Previdência. Mantém critérios diferenciados em relação à idade entre homens e mulheres para a obtenção da aposentadoria.</p>   | <p><a href="#">Emenda<br/>Constitucional<br/>nº 41 de<br/>19/12/2003</a></p>  |
| <p>29/10/2003 –<br/>Presidência da<br/>República</p>                                     | <p><a href="#">SF PLC<br/>76/2003</a></p> <p><a href="#">CD PL<br/>7514/2003</a></p>  | <p><b><u>Ementa:</u></b> Altera a Lei nº 7070, de 20 de dezembro de 1982, que dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica.</p> <p><b><u>Assunto:</u></b> Acresce adicional ao benefício especial, sendo a contagem de tempo de contribuição, para a previdência, e a idade, para aquisição do benefício, diferenciadas para homens e mulheres.</p>   | <p><a href="#">Lei nº 10.877 de<br/>04/06/2004</a></p>  |

|   |  |   |   |
|---|--|---|---|
| 08/10/2003 –<br>Senadora Ideli Salvatti (PT/SC) e outros/as | <a href="#">SF PEC 77/2003</a><br><br><a href="#">CD PEC 227/2004</a>  | <p><b>Ementa:</b> Altera os artigos 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.</p> <p><b>Assunto:</b> Mantém critérios diferenciados de idade e tempo de contribuição, entre homens e mulheres, para a concessão do benefício.</p>   | <a href="#">Emenda Constitucional 47/2005</a>                                   |
| 17/12/2003 –<br>Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT)         | <a href="#">SF PLS 529/2003</a><br><br><a href="#">CD PL 7360/2006</a> | <p><b>Ementa:</b> Altera o parágrafo único do artigo 39 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, no que concerne ao salário-maternidade devido à segurada especial.</p>  | 09/07/2008 –<br>Arquivada nos termos do artigo 133 do RICD.                     |
| 31/05/2004 –<br>Deputada Federal Luiza Erundina (PSOL/SP)   | <a href="#">SF PLC 34/2004</a><br><br><a href="#">CD PL 2155/1999</a>  | <p><b>Ementa:</b> Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.</p> <p><b>Assunto:</b> O projeto cria o Relatório RASEAM que busca condensar, em um único documento, dados esparsos sobre as mulheres relativos ao emprego, ocupação e desocupação, rendimentos, mortalidade, expectativa de vida, escolaridade, taxa de incidência de gravidez na adolescência, proporção de mulheres chefes de domicílio, dados de saúde, entre outras informações. Estão disponíveis as publicações de 2013 e 2014.</p> | <a href="#">Lei nº 12.227 de 12/04/2010</a>                                     |
| 26/07/2006 –<br>Deputada Federal Laura Carneiro (PMDB/RJ)   | <a href="#">SF PLC 87/2006</a><br><br><a href="#">CD PL 3142/2004</a>  | <p><b>Ementa:</b> Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.</p>  | 07/01/2011 –<br>Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF)            |
| 07/08/2007 –<br>Senadora Rosalba Ciarlini (DEM/RN)          | <a href="#">SF PEC 64/2007</a><br><br><a href="#">CD PEC 515/2010</a>  | <p><b>Ementa:</b> Altera a redação do inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, para aumentar para 180 (cento e oitenta) dias a duração do período da licença à gestante.</p> <p><b>Assunto:</b> A proposta foi apensada à <a href="#">CD PEC 30/2007</a>, proposta pela então Deputada Ângela Portela, por se tratar da mesma matéria.</p>  | 05/03/2013 –<br>Plenário.<br>Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes. |

|   |   |   |  |
|---|---|---|--|
| <p>11/10/2007 -<br/>Deputado<br/>Federal Alberto<br/>Fraga (DEM/DF)</p> | <p><a href="#">SF PLC<br/>81/2007</a></p> <p><a href="#">CD PL<br/>3913/2000</a></p>  | <p><b>Ementa:</b> Revoga o art. 792, da Consolidação das Leis do Trabalho (aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), (Que trata da reclamação trabalhista por parte dos maiores de 18 e menores de 21 anos e das mulheres casadas).</p> <p><b>Assunto:</b> Conforme justificativa do projeto, tem-se por objetivo retirar norma discriminatória contra as mulheres na CLT, pois o art. 792 dizia que a reclamação trabalhista poderia ser interposta pela esposa sem a assistência do marido, pressupondo uma “incapacidade” civil das mulheres casadas incompatível com a Constituição Federal de 1988. A Lei nº 13.467, de 2017, revogou o art. 792 da CLT.</p> | <p>18/03/2015 -<br/>Arquivada ao<br/>final da<br/>Legislatura (art.<br/>332 do RISF)</p> |
| <p>09/03/2007 -<br/>Senador Paulo<br/>Paim (PT/RS)</p>                  | <p><a href="#">SF PLS<br/>86/2007</a></p>   | <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 207 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para conceder à servidora gestante licença por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.</p>  | <p>27/04/2017 -<br/>Aguardando<br/>designação de<br/>Relator.</p>                        |
| <p>09/05/2007 -<br/>Senador Paulo<br/>Paim (PT/RS)</p>                  | <p><a href="#">SF PLS<br/>243/2007</a></p>  | <p><b>Ementa:</b> Altera o § 7º do art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. (Dispõe sobre a concessão de benefício sob critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social).</p> <p><b>Assunto:</b> Mantém critérios diferenciados para homens e mulheres, para o cômputo do tempo de serviço.</p>  | <p>11/06/2007 -<br/>Retirada pelo<br/>autor,<br/>14/11/2008 -<br/>Arquivada,</p>         |
| <p>31/05/2007 -<br/>Senador Eduardo<br/>Azeredo (PSDB-<br/>MG)</p>      | <p><a href="#">SF PLS<br/>300/2007</a></p> <p><a href="#">CD PL<br/>2932/2008</a></p> | <p><b>Ementa:</b> Acrescenta dispositivos ao art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a extensão da licença-maternidade, nos casos em que especifica.</p>  | <p>09/06/2016 -<br/>Relatora, a<br/>Deputada Renata<br/>Abreu (PTN-SP)</p>               |

|  |   |   |   |
|--|---|---|---|
| 19/03/2008 –<br>Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros/as     | <a href="#">SF PEC 10/2008</a>  | <b>Ementa:</b> Estabelece idade mínima para a concessão de aposentadoria no regime geral de previdência social, bem como regra de transição.<br><b>Assunto:</b> Estende a regra da idade mínima ao regime geral de previdência, mantendo a diferença de cinco anos entre homens e mulheres para a obtenção do direito à aposentadoria.  | 10/11/2016 –<br>Matéria com a relatoria, a Senadora Vanessa Grazziotin        |
| 06/08/2008 –<br>Senador Romeu Tuma (PTB/SP) e outros       | <a href="#">SF PEC 35/2008</a>  | <b>Ementa:</b> Acrescenta o § 3º ao art. 143 da Constituição da República Federativa do Brasil para tornar facultativo o serviço militar para as mulheres.<br><b>Assunto:</b> O projeto busca assegurar às mulheres o direito de opção ao Serviço Militar, e, assim, abre portas em um campo laboral, historicamente, tido por masculino e preenchido apenas por homens.  | 26/12/2014 –<br>Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF)          |
| 21/10/2008 –<br>Deputado Federal Daniel Almeida (PCdoB/BA) | <a href="#">SF PLC 158/2008</a><br><br><a href="#">CD PL 843/2007</a> | <b>Ementa:</b> Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.<br><b>Assunto:</b> Embora seja um projeto dirigido a homens e mulheres, beneficia um contingente significativo de mulheres trabalhadoras, tendo em vista a alta incidência de neoplasia maligna sobre as mulheres, notadamente câncer de colo de útero e mama. | 08/08/2017 –<br>(CD) Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão. |
| 26/11/2008 –<br>Senador Augusto Botelho (PT/RR)            | <a href="#">SF PLS 454/2008</a>                                       | <b>Ementa:</b> Acrescenta art. 392-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a concessão de estabilidade provisória aos genitores e futuros genitores, únicos provedores de renda da família.   | 04/02/2011 –<br>Arquivada ao final da Legislatura.                            |
| 11/02/2009 –   | <a href="#">SF PLS 25/2009</a>  | <b>Ementa:</b> Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para  | 10/01/2011 –  |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT)                     |  | aumentar o valor da penalidade administrativa aplicável ao empregador que viole a obrigação de igualdade salarial entre mulheres e homens.   | Arquivada ao final da Legislatura.   |
| 16/04/2009 – Deputado Federal Pompeo de Mattos (PDT/RS) | <a href="#">SF PLC 47/2009</a><br><a href="#">CD PL 2488/2000</a>  | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências.  | 09/03/2015 – Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF)                                      |
| 31/08/2009 – Senador Paulo Paim (PT/RS)                 | <a href="#">SF PLS 371/2009</a><br><a href="#">CD PL 6768/2010</a> | <u>Ementa:</u> Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 para permitir a movimentação do FGTS no caso que especifica.<br><u>Assunto:</u> Mantém critérios diferenciados de idade, entre homens e mulheres, para a obtenção do benefício.   | 10/08/2016 – CD Comissão de Finanças e Tributação; Relator, o Deputado Marcus Pestana.                 |
| 26/03/2009 – Presidência da República                   | <a href="#">CN MPV 459/2009</a>                                    | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.<br><u>Assunto:</u> A proposição prevê o registro do imóvel ou regularização fundiária, preferencialmente, em nome da mulher. | Convertida no PLV 00011/2009 e transformada na <a href="#">Lei nº 11.977, de 7 de setembro de 2009</a> |
| 12/05/2010 – Senador Pedro Simon (PMDB/RS)              | <a href="#">SF PLS 132/2010</a>                                    | <u>Ementa:</u> Regulamenta o § 12 do Art. 201 da Constituição Federal, dispondo sobre o sistema especial de inclusão previdenciária.<br><u>Assunto:</u> Mantém critérios diferenciados de idade, entre homens e mulheres, para a obtenção do benefício.  | 07/11/2011 – Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)                    |
| 21/09/2010 – Senadora Marisa Serrano (PSDB/MS)          | <a href="#">SF PLS 241/2010</a><br><a href="#">CD PL 2220/2011</a> | <u>Ementa:</u> Acrescenta art. 71-B à nº Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o salário-maternidade das seguradas mães de prematuros extremos.   | 18/08/2015 – Devolução à Coordenação de Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados.                 |

|  |  |  |   |
|--|--|--|---|
| 16/03/2011 -<br>Deputada Federal<br>Alice Portugal<br>(PCdoB/BA) | <a href="#">SF PLC<br/>2/2011</a><br><a href="#">CD PL<br/>583/2007</a>    | <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.  | <a href="#">Lei nº 13.271 de<br/>15/04/2016,</a><br>com veto parcial.<br><a href="#">Veto nº 12/2016</a>                            |
| 15/09/2011 -<br>Senador<br>Vicentinho Alves<br>(PR/TO) e outros  | <a href="#">SF PEC<br/>92/2011</a>   | <b>Ementa:</b> Altera a redação do inciso II do § 7º do art. 201 da Constituição Federal, para reduzir, em cinco anos, a idade exigida para aposentadoria dos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras e dá outras providências.<br><b>Assunto:</b> Mesmo com a redução da idade em cinco anos, mantém-se a diferença de idade entre homens e mulheres para a obtenção do direito à aposentadoria. | 30/04/2015 -<br>Comissão de<br>Constituição,<br>Justiça e<br>Cidadania;<br>Matéria com o<br>Relator, o<br>Senador José<br>Pimentel. |
| 21/12/2011 -<br>Deputado<br>Federal Marçal<br>Filho (PMDB/MS)    | <a href="#">SF PLC<br/>130/2011</a><br><a href="#">CD PL<br/>6393/2009</a> | <b>Ementa:</b> Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.  | 18/02/2016 -<br>Comissão de<br>Assuntos Sociais;<br>18/02/2016 -<br>Matéria com o<br>relator o Senador<br>Romero Jucá.              |
| 31/03/2011 -<br>Senador Inácio<br>Arruda<br>(PCdoB/CE)           | <a href="#">SF PLS<br/>136/2011</a>  | <b>Ementa:</b> Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.  | 18/03/2015 -<br>Matéria com a<br>relatoria, o<br>Senador Romero<br>Jucá.  |
| 11/05/2011 -<br>Senadora<br>Vanessa<br>Grazziotin<br>(PCdoB/AM)  | <a href="#">SF PLS<br/>236/2011</a>  | <b>Ementa:</b> Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de estabelecer a obrigatoriedade de manutenção, pelo empregador, de berçário ou creche no local de trabalho para os filhos dos trabalhadores até a idade de cinco anos.   | 08/11/2017 -<br>Matéria com a<br>relatoria -<br>Romero Jucá   |
| 30/06/2011 -<br>Senadora<br>Vanessa                              | <a href="#">SF PLS<br/>370/2011</a>  | <b>Ementa:</b> Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender   | 29/03/2012 -<br>Remetida à  |



|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| Grazziotin<br>(PCdoB/AM)                        |  | às donas de casa sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, previsto nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.   | Câmara dos Deputados   |
| 26/05/2011 –<br>Senadora Ângela Portela (PT/RR) | <a href="#">SF PLS 294/2011</a>  | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer critérios mínimos para o pagamento de auxílio por natalidade no caso de mães que não tenham direito a licença-maternidade.   | 19/10/2017 –<br>Aguardando inclusão Ordem do Dia de Requerimento   |
| 30/08/2011 –<br>Senadora Ana Rita (PT/ES)       | <a href="#">SF PLS 524/2011</a>  | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 8.036, de 8 de maio de 1990, para dispor sobre a multa incidente sobre o montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante a vigência do contrato de trabalho, na hipótese de tratar-se de mulher chefe de família.   | 11/02/2015 –<br>Arquivada ao final da Legislatura.   |
| 19/09/2011 –<br>Senador Paulo Paim (PT/RS)      | <a href="#">SF PLS 583/2011</a><br><br><a href="#">CD PL 4283/2012</a><br><a href="#">CD</a> | <u>Ementa:</u> Acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer a contagem no período de carência para a aposentadoria por tempo de contribuição do tempo de serviço como segurado especial, até o limite de (vinte cinco anos para a mulher e trinta anos para o homem). | 17/12/2015 –CD<br>Parecer do Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT–RS), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 2540/2011, apensado. |
| 10/11/2011 –<br>Senadora Ana Rita (PT/ES)       | <a href="#">SF PLS 680/2011</a><br><br><a href="#">CD PL 6856/2013</a>                       | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher.   | 14/07/2016<br>(CD)<br>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.   |

|   |  |   |   |
|---|--|---|---|
| <p>20/12/2011 –<br/>Senador Aécio<br/>Neves<br/>(PSDB/MG),<br/>Senador<br/>Lindbergh Farias<br/>(PT/RJ) e<br/>outros/as</p> | <p><a href="#">SF PLS<br/>752/2011</a></p>   | <p><b>Ementa:</b> Acrescenta o parágrafo 6º no art. 392A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; altera o caput do art. 71A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; e dá outras providências.</p> <p><b>Assunto:</b> O projeto assegura direitos que possibilitam o compartilhamento, entre homens e mulheres, das tarefas do cuidado. Prevê para o empregado homem que adotar (as mulheres já detêm esse direito), a licença maternidade do art. 392, bem como o salário maternidade (esse último benefício, facultado ao empregado ou empregada já está assegurado pela Lei 12.873/2013).</p> | <p>03/11/2016 –<br/>Aguardando<br/>inclusão Ordem<br/>do Dia de<br/>Requerimento.</p> |
| <p>09/05/2012 –<br/>Senador Eduardo<br/>Lopes (PRB/RJ) e<br/>outros/as</p>  | <p><a href="#">SF PEC<br/>23/2012</a></p>  | <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 100 da Constituição Federal, para instituir regime especial de pagamento de precatórios em favor de pessoas com deficiência e mulheres pobres responsáveis por ou arrimos de família.</p>   | <p>23/12/2014 –<br/>Aguardando<br/>designação de<br/>Relator.</p>                     |
| <p>07/03/2012 –<br/>Senador Paulo<br/>Bauer (PSDB/SC)</p>   | <p><a href="#">SF PLS<br/>44/2012</a><br/><br/><a href="#">CD PL<br/>4284/2012</a><br/><br/><a href="#">CD</a></p> | <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos, preferencialmente, à mulher responsável pela unidade familiar.</p> <p><b>Assunto:</b> Trata-se dos benefícios previstos na Lei Orgânica de Assistência Social e Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.</p>  | <p><a href="#">Lei nº 13.014, de<br/>21/07/2014</a></p>                               |
| <p>27/03/2012 –<br/>Senadora<br/>Vanessa<br/>Grazziotin<br/>(PCdoB/AM)</p>  | <p><a href="#">SF PLS<br/>69/2012</a></p>  | <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, para dispor sobre a prorrogação da concessão de licença-paternidade por todo o período da licença-maternidade do cônjuge ou companheira, ou pela parte restante que dela caberia à mãe, quando verificada sua</p>   | <p>03/11/2016 –<br/>Aguardando<br/>inclusão Ordem<br/>do Dia de<br/>Requerimento</p>  |

|   |                                     |   |   |
|---|-------------------------------------|---|---|
|   |                                     | incapacidade psíquica ou física ou morte, e dá outras providências.   |   |
| 02/05/2012 -<br>Senador Ricardo<br>Ferraço<br>(PMDB/ES)     | <a href="#">SF PLS<br/>128/2012</a> | <u>Ementa:</u> Altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do imposto de renda os rendimentos provenientes de complementação de aposentadoria e pensão pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social ou por entidade de previdência complementar.  | 13/09/2017 -<br>Aguardando<br>inclusão Ordem<br>do Dia de<br>Requerimento |
| 29/05/2012 -<br>Senador Sergio<br>Souza (PMDB/PR)           | <a href="#">SF PLS<br/>179/2012</a> | <u>Ementa:</u> Concede ao empregado a licença e o salário-maternidade por todo o período da licença-maternidade a que faria jus o cônjuge ou a companheira, ou pela parte restante que dela lhe caberia, quando verificada sua incapacidade psíquica ou física ou morte, e dá outras providências.  | 03/11/2016 -<br>Aguardando<br>inclusão Ordem<br>do Dia de<br>Requerimento |
| 30/05/2012 -<br>Senador Pedro<br>Tiques (PDT/MT)            | <a href="#">SF PLS<br/>182/2012</a> | <u>Ementa:</u> Acrescenta-se o inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para prever a possibilidade de ausência do empregado ao serviço por até 7 (sete) dias, por motivo de doença em pessoa da família.  | 21/11/2017 -<br>Aguardando<br>inclusão Ordem<br>do Dia de<br>Requerimento |
| 12/06/2012 -<br>Senador Randolfe<br>Rodrigues<br>(PSOL/AP)  | <a href="#">SF PLS<br/>201/2012</a> | <u>Ementa:</u> Altera os arts. 27 e 116 da Lei nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para condicionar a contratação de pessoa jurídica pelo Poder Público à concessão de licença-maternidade de 6 (seis) meses às suas empregadas e dá outras providências. | 21/12/2016 -<br>Prejudicada.  |
| 28/08/2012 -<br>Senador Jorge<br>Afonso Argello<br>(PTB/DF) | <a href="#">SF PLS<br/>323/2012</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para estabelecer mecanismo de contratação de mulheres em serviços e obras públicas.   | 10/03/2015 -<br>Aguardando<br>designação do<br>relator.                   |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| 08/03/2012 –<br>Presidência da<br>República                               | <a href="#">CN MPV<br/>561/2012</a>                                       | <b>Ementa:</b> Altera as Leis nº 12.409, de 25 de maio de 2011, nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.<br><b>Assunto:</b> A Medida Provisória traz dispositivos específicos que beneficiam as mulheres no tocante à aquisição de imóvel pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e regularização fundiária. | A Medida Provisória foi convertida no PLV 00015/2012 e, posteriormente, foi transformada na <a href="#">Lei nº 12.693, de 24/07/2012</a> |
| 30/04/2013 –<br>Presidência da<br>República                               | <a href="#">SF PLC<br/>22/2013</a><br><a href="#">CD PL<br/>5896/2009</a> | <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.   | <a href="#">Lei nº 13.109 de 25/03/2015</a>  |
| 08/05/2013 –<br>Senador Randolfe<br>Rodrigues<br>(PSOL/AP) e<br>outros/as | <a href="#">SF PEC<br/>24/2013</a>  | <b>Ementa:</b> Altera os incisos XVIII e XIX do Art. 7º da Constituição Federal para ampliar os prazos da licença-maternidade e da licença-paternidade.  | 10/05/2016 –<br>Aguardando<br>designação de<br>Relator.  |
| 05/03/2013 –<br>Senador Jorge<br>Afonso Argello<br>(PTB/DF)               | <a href="#">SF PLS<br/>61/2013</a>  | <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a estabilidade provisória da empregada gestante durante o aviso prévio.  | 12/12/2013 –<br>Prejudicada.   |
| 08/05/2013 –<br>Senador Randolfe<br>Rodrigues<br>(REDE/AP)                | <a href="#">SF PLS<br/>162/2013</a>                                       | <b>Ementa:</b> Altera os arts. 392 e 473, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e os artigos 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os prazos de licença-maternidade, salário-maternidade e licença-paternidade, e dá outras providências.   | 03/11/2016 –<br>Aguardando<br>inclusão Ordem<br>do Dia de<br>Requerimento  |
| 13/05/2013 –<br>Senadora Ana<br>Amélia (PP/RS)                            | <a href="#">SF PLS<br/>175/2013</a>                                       | <b>Ementa:</b> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de licença-maternidade e aumentar o valor do  | 03/11/2016 –<br>Aguardando<br>inclusão Ordem<br>do Dia de<br>Requerimento  |

|   |   |   |   |
|---|---|---|---|
|   |   | salário-maternidade, em caso de nascimentos múltiplos.  |   |
| 02/07/2013 -<br>Senadora Ana<br>Amélia (PP/RS)                  | <a href="#">SF PLS<br/>263/2013</a><br><br><a href="#">CD PL<br/>6447/2013</a>    | <b>Ementa:</b> Acrescenta o § 13 ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para estabelecer que cônjuge ou companheiro não perde a condição de segurado especial mesmo quando o outro cônjuge ou companheiro ou qualquer um dos filhos maiores de 16 (dezesesseis) anos exercer atividade remunerada permanente ou por período superior a cento e vinte dias.                                    | 01/12/2015<br>(CD)-<br>Coordenação de<br>Comissões<br>Permanentes.                                  |
| 15/07/2014 -<br>Deputado<br>Federal Sandes<br>Júnior (PP/GO)    | <a href="#">SF PLC<br/>76/2014</a><br><br><a href="#">Veto nº 16, de<br/>2016</a> | <b>Ementa:</b> Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres.  | <a href="#">Lei nº 13.287 de<br/>11/05/2016</a>   |
| 01/04/2015 -<br>Senador Álvaro<br>Dias (PSDB/PR) e<br>outros/as | <a href="#">SF PEC<br/>41/2015</a>  | <b>Ementa:</b> Altera a Constituição Federal para ampliar a duração da licença-maternidade e licença-paternidade.<br><b>Assunto:</b> A proposta amplia o tempo de compartilhamento das tarefas do cuidado pelos trabalhadores homens, por isso vem em prol da igualdade de direitos e obrigações, na família, inscrita na Constituição Federal.   | 10/05/2016 -<br>Constituição,<br>Justiça e<br>Cidadania;<br>aguardando<br>designação do<br>relator. |
| 04/03/2015 -<br>Senador<br>Fernando Bezerra<br>Coelho (PSB/PE)  | <a href="#">SF PLS<br/>88/2015</a>  | <b>Ementa:</b> Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a multa pela infração ao disposto no inciso III do art. 373-A.<br><b>Assunto:</b> O projeto prevê multa àqueles que infringirem o citado inciso que veda “considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;”. | 25/03/2015 -<br>Comissão de<br>Assuntos Sociais;<br>designado<br>relator o Senador<br>Romero Jucá.  |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| 14/07/2015 –<br>Senador Aécio<br>Neves (PSDB/MG)<br>e outros/as | <a href="#">SF PEC<br/>99/2015</a><br><br><a href="#">CD PEC<br/>181/2015</a>  | <b>Ementa:</b> Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.<br><b>Assunto:</b> A proposta analisada pelo Senado Federal prevê que a licença-maternidade pode se estender além dos 120 dias, nos casos de parto prematuro, correspondendo o aumento ao período que o recém-nascido passar internado, não podendo exceder 240 dias. Encaminhada a matéria à Câmara dos Deputados, foi ressaltada a sua relevância. No entanto, após encaminhamento à Comissão Especial e apresentação de Parecer do Relator Deputado Jorge Tadeu Mudalen pela aprovação de Substitutivo (PEC 181-A), passou a ser objeto de polêmica, em virtude de inclusão de matéria estranha ao texto inicial, que pode repercutir nas hipóteses lícitas de realização do aborto, constantes do Código Penal, segundo se observa das manifestações de voto, contrárias ao Substitutivo. | 21/12/2017<br>Apresentação<br>Requerimento<br>Prorrogação de<br>prazo.                       |
| 24/03/2015 –<br>Senador José<br>Medeiros<br>(PSD/MT)            | <a href="#">SF PLS<br/>156/2015</a><br><br><a href="#">CD PL<br/>3220/2015</a> | <b>Ementa:</b> Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.   | 23/08/2017 –<br>Comissão de<br>Seguridade<br>Social e Família<br>da Câmara dos<br>Deputados. |
| 13/04/2015 –<br>Senadora<br>Vanessa<br>Graziotin<br>(PCdoB/AM)  | <a href="#">SF PLS<br/>213/2015</a>  | <b>Ementa:</b> Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar – garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.<br><b>Assunto:</b> O projeto busca assegurar às mulheres o direito de opção ao Serviço Militar, e, assim, abre portas em um campo de trabalho, historicamente, tido por masculino.  | 11/05/2017 –<br>Matéria com o<br>relator o Senador<br>Jorge Viana.                           |
| 23/06/2015 –  | <a href="#">SF PLS<br/>384/2015</a>  | <b>Ementa:</b> Acrescenta §2º ao art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo  | 02/07/2015 –   |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| Senador José Medeiros (PPS/MT)                      |  | Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de atribuir às mulheres o direito à percepção, em dobro, do valor correspondente à diferença salarial ilícita prevista no inc. do art. 373-A.<br><u>Assunto:</u> O projeto busca coibir a prática discriminatória da diferença remuneratória entre mulheres e homens no exercício das mesmas atividades, prevendo sanção para os/as empregadores/as.   | Comissão de Assuntos Sociais; designado relator o Senador Romero Jucá. |
| 08/09/2015 – Senador Magno Malta (PR/ES)            | <a href="#">SF PLS 591/2015</a>                                    | <u>Ementa:</u> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 50% (cinquenta por cento) a jornada de trabalho das mães de pessoas com deficiência.<br><u>Assunto:</u> O projeto direciona o direito apenas para a empregada que tenha filho/a com deficiência; no entanto, interessante seria o estímulo ao compartilhamento das tarefas do cuidado, contemplando também o empregado, nas mesmas condições. | 17/05/2017 – Aguardando inclusão Ordem do Dia de Requerimento          |
| 29/09/2015 – Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) | <a href="#">SF PLS 652/2015</a>                                    | <u>Ementa:</u> Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-paternidade.   | 03/11/2016 – aguardando inclusão Ordem do Dia de Requerimento.         |
| 18/06/2015 – Presidência da República               | <a href="#">MPV 676/2015</a>                                       | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.<br><u>Assunto:</u> Define critérios de idade e tempo de contribuição, diferenciados, para homens e mulheres para a obtenção do benefício da aposentadoria.  | <a href="#">Lei nº 13.183 de 04/11/2015</a> , com veto parcial         |
| 10/11/2015 – Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR)       | <a href="#">SF PLS 732/2015</a><br><a href="#">CD PL 4999/2016</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o pagamento do salário-maternidade, em relação às  | 09/05/2017 – Aguardando Designação de Relator na CD.                   |

|  |   |   |   |
|--|---|---|---|
|  |   | microempresas e empresas de pequeno porte, seja feito diretamente pela Previdência Social.  |   |
| 17/12/2015 -<br>Senador Roberto Rocha (PSB/MA)             | <a href="#">SF PLS 796/2015</a><br>( <a href="#">Complementar</a> ) | <u>Ementa:</u> Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014, para estender a estabilidade provisória no emprego para as empregadas adotantes ou que venham a obter a guarda judicial para fins de adoção.   | 02/05/2017 -<br>Pronto para deliberação do Plenário   |
| 10/10/2016 -<br>Senador Telmário Mota (PDT/RR) e outros/as | <a href="#">SF PEC 49/2016</a>                                      | <u>Ementa:</u> Acrescenta as alíneas c e d ao inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada ou empregado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção, bem como estabelecer que, no caso de falecimento do adotante, a estabilidade provisória no emprego será assegurada a quem detiver a guarda do seu filho.<br><u>Assunto:</u> Conforme justificativa da proposta, a finalidade é estender o mesmo direito de estabilidade no emprego, concedido à empregada gestante, ao adotante homem ou mulher, pelo período de cinco meses. A extensão da licença também aos homens adotantes promove um incentivo ao compartilhamento das tarefas do cuidado. | 10/10/2016 -<br>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;<br>aguardando designação de relator. |
| 14/10/2016 -<br>Deputado Federal Daniel Vilela (PMDB/GO)   | <a href="#">SF PLC 62/2016</a><br><a href="#">CD PL 1901/2015</a>   | <u>Ementa:</u> Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994, e 13.105, de 16 de março de 2015, para estipular direitos e garantias para as advogadas gestantes, lactantes e adotantes e dá outras providências.  | <a href="#">Lei nº 13.363 de 25/11/2016</a>   |
| 12/04/2016 -<br>Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO)         | <a href="#">SF PLS 162/2016</a>                                     | <u>Ementa:</u> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho da trabalhadora lactante.  | 16/08/2016 -<br>Aguardando inclusão Ordem do Dia de Requerimento                                    |



|  |                                     |  |  |
|--|-------------------------------------|--|--|
| 22/06/2016 –<br>Senadora Rose<br>de Freitas<br>(PMDB/ES) | <a href="#">SF PLS<br/>259/2016</a> | <u>Ementa:</u> Institui benefício assistencial de caráter financeiro a famílias com gestação múltipla, com três ou mais nascituros.  | 12/09/2017 –<br>Designada<br>relatora a<br>Senadora Simone<br>Tebet                          |
| 26/10/2016 –<br>Senadora Rose<br>de Freitas<br>(PMDB/ES) | <a href="#">SF PLS<br/>397/2016</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incluir a isonomia nas premiações concedidas a homens e mulheres nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos.   | 06/11/2017 –<br>Plenário do<br>Senado Federal<br>06/11/2017 –<br>Aguardando<br>providências. |
| 23/05/2017 –<br>Deputada Federal<br>Tia Eron (PRB/BA)    | <a href="#">SF PLC<br/>47/2017</a>  | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.   | 22/11/2017 –<br>Matéria com a<br>relatoria –<br>Senadora Fátima<br>Bezerra                   |
| 29/03/2017 –<br>Senadora Rose<br>de Freitas<br>(PMDB/ES) | <a href="#">SF PLS<br/>72/2017</a>  | <u>Ementa:</u> Altera os arts. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para majorar o prazo da licença-maternidade, de 120 para 180 dias, e permitir ao pai acompanhar a mãe do nascituro nas consultas e exames durante a gravidez. | 22/06/2017 –<br>Comissão de<br>Assuntos Sociais  |
| 18/05/2017 –<br>Senadora Rose<br>de Freitas<br>(PMDB/ES) | <a href="#">SF PLS<br/>151/2017</a> | <u>Ementa:</u> Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante.  | 16/02/2018 –<br>Comissão de<br>Assuntos Sociais  |
| 12/07/2017 –<br>Senadora Ângela<br>Portela (PDT/RR)      | <a href="#">SF PLS<br/>228/2017</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 para garantir proteção a gestantes ou lactantes em relação a prestação de trabalho em local insalubre.  | 11/09/2017 –<br>Aguardando<br>inclusão Ordem<br>do Dia de<br>Requerimento.                   |

|  |                                     |   |   |
|--|-------------------------------------|---|---|
| 01/08/2017 –<br>Senadora Rose<br>de Freitas<br>(PMDB/ES) | <a href="#">SF PLS<br/>241/2017</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Altera os arts. 392 § 3o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para que em caso de parto prematuro o período de internação não seja descontado do período da licença maternidade.  | 11/09/2017 –<br>Aguardando<br>Inclusão Ordem<br>do Dia de<br>Requerimento |
| 09/08/2017 –<br>Senador Romário<br>(PODE/RJ)             | <a href="#">SF PLS<br/>266/2017</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 para dispor sobre: a) cômputo do tempo de labor na duração da jornada diária de trabalho; b) limitação do trabalho parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais; c) horário especial para o trabalhador com deficiência; d) regime de teletrabalho diferenciado para o empregado com deficiência; e) afastamento da trabalhadora gestante ou lactante com deficiência de atividades insalubres; f) vedação de labor intermitente para empregados com deficiência; g) natureza salarial de todas as parcelas pagas com habitualidade ao empregado e em contraprestação aos serviços prestados; h) participação do sindicato na homologação da rescisão do contrato de trabalho do empregado que conte com mais de seis meses na empresa; h) limitações do negociado sobre o legislado em relação à jornada de trabalho e ao teletrabalho; i) prevalência da norma coletiva mais benéfica para o trabalhador com deficiência; j) revogação do art. 448-A da CLT; e k) limitação do contrato de trabalho temporário a 90 (noventa) dias, vedada a sua prorrogação.<br><u><b>Assunto:</b></u> Embora o projeto busque regular o trabalho da pessoa com deficiência, de modo geral, traz previsão específica referente ao trabalho da mulher gestante ou lactante. | 01/09/2017 –<br>Aguardando<br>leitura de<br>requerimento                  |

|  |                                 |  |  |
|--|---------------------------------|--|--|
| 15/08/2017 –<br>Senador Paulo Paim (PT/RS)             | <a href="#">SF PLS 269/2017</a> | <b>Ementa:</b> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prorrogação do horário normal de trabalho de, no mínimo, 15 minutos, antes do início do período extraordinário do trabalho da mulher.  | 31/08/2017 –<br>Aguardando inclusão Ordem do Dia de Requerimento |
| 23/08/2017 –<br>Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) | <a href="#">PLS 290/2017</a>    | <b>Ementa:</b> Assegura à trabalhadora lactante, para amamentar o próprio filho, até que este complete um ano de idade, o direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um, para fins de amamentação, na forma que especifica.   | 11/09/2017 –<br>Aguardando Inclusão ordem do dia de Requerimento |
| 23/08/2017 –<br>Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) | <a href="#">PLS 295/2017</a>    | <b>Ementa:</b> Dá nova redação ao art. 394–A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para vedar o exercício de atividade insalubre para a empregada gestante ou lactante.  | 11/09/2017 –<br>Aguardando Inclusão ordem do dia de Requerimento |
| 11/09/2017 –<br>Senador Paulo Paim (PT/RS)             | <a href="#">PLS 313/2017</a>    | <b>Ementa:</b> Altera o inciso I do art.3º da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, para denominar a Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida – SIDA, como deficiência grave, para fins de concessão de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS.<br><b>Assunto:</b> O projeto mantém critérios diferenciados de idade, entre homens e mulheres, para a obtenção do benefício. | 06/02/2018 –<br>Designada relatora a Senadora Lúcia Vânia        |
| 21/11/2017 –<br>Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)       | <a href="#">PLS 450/2017</a>    | <b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, para vedar o trabalho em condições insalubres às empregadas gestantes e lactantes.  | 01/12/2017 –<br>Designado relator o Senador Romero Jucá          |

## Eixo Temático 3

### Violência Contra as Mulheres

O Eixo “Violência Contra as Mulheres” contém proposições legislativas que tratam sobre o tema da violência contra as mulheres nas suas variadas formas, podendo ocorrer interface com os temas da saúde, trabalho, educação, previdência, orçamento, entre outros.

Este Eixo conta com uma Medida Provisória (MPV), quatro Projetos de Decreto Legislativo do Senado Federal (PDS), três Propostas de Emenda à Constituição (PEC), 109 Projetos de Lei do Senado (PLS), 42 Projetos de Lei da Câmara (PLC), quatro Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN), dois Projetos de Resolução do Senado Federal (PRN) e dois Projetos de Resolução do Senado Federal (PRS), totalizando 167 proposições.

| Data/Autoria  | Tipo/<br>Número/ano                                      | Ementa/ Assunto   | Situação   |
|---|--|---|--|
| 01/06/1989 –<br>Deputada Federal<br>Lúcia Vânia<br>(PSDB/GO)      | SF PLC<br>29/1990<br><a href="#">CD PL<br/>2599/1989</a> | <u>Ementa:</u> Altera dispositivos do Decreto-Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro.<br><u>Assunto:</u> O projeto, conforme consta da justificativa, pretende a supressão da circunstância subjetiva elementar “honesta” dos tipos penais, constantes dos artigos 215(posse sexual mediante fraude), 216(atentado ao pudor) e 219(Rapto) do Código Penal. Somente em 2005, pela Lei 11.106, esse termo foi suprimido da legislação penal. | 23/01/1996 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura |
| 17/05/1990 –<br>Senador Jamil<br>Haddad (PSB/RJ)                  | SF PLS<br>49/1990  | <u>Ementa:</u> Define o crime de abandono de gestante.  | 21/12/1994 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura |
| 13/09/1989 –<br>Deputado<br>Federal Miro<br>Teixeira<br>(REDE/RJ) | SF PLC<br>63/1990<br><a href="#">CD PL<br/>3514/1989</a> | <u>Ementa:</u> Disciplina o inciso XII, in fine, do artigo quinto da Constituição Federal e dá outras providências.<br><u>Assunto:</u> O projeto prevê o impedimento, a interrupção, interceptação, a escuta e a gravação   | 24/01/1996 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura |

|  |   |   |   |
|--|---|---|---|
|  |   | das comunicações telefônicas nos casos de investigações policiais e processos penais, relativos aos crimes que relaciona, entre os quais, o tráfico de mulheres.  |   |
| 10/06/1991 –<br>Senador<br>Francisco<br>Rollemberg<br>(PTN/SE) | SF PLS<br>205/1991  | <u><b>Ementa:</b></u> Altera a Lei 7210, de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a fim de compatibilizar com o artigo quinto, inciso L, da Constituição Federal.<br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto visa compatibilizar um direito assegurado, constitucionalmente, às presidiárias (permanecer com seus filhos durante o período de amamentação) com a Lei de Execução Penal.   | 13/03/1995 –<br>Arquivada ao final<br>da legislatura.   |
| 28/11/1991 –<br>Senador Márcio<br>Lacerda<br>(PMDB/MT)         | SF PLS<br>386/1991<br><a href="#">CD PL<br/>3166/1992</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Altera e acrescenta dispositivos ao art. 151 do Código Penal e dispõe sobre a execução do inciso XII, do art. 5º, parte final, da Constituição Federal.<br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto prevê que não constitui ilícito a quebra de sigilo das comunicações telefônicas, por ordem judicial, para fim de investigação criminal ou instrução processual penal, nos crimes que relaciona, entre eles, crimes contra a vida e tráfico de mulheres. | 08/06/1993 –<br>Arquivado nos<br>termos do art. 58,<br>§ 4º, do<br>Regimento Interno<br>da Câmara dos<br>Deputados. |
| 25/08/1992 –<br>Senador Pedro<br>Simon (PMDB/RS)               | SF PLS<br>128/1992  | <u><b>Ementa:</b></u> Disciplina o Inciso XII, in fine, do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências.<br><u><b>Assunto:</b></u> Prevê a possibilidade de escuta telefônica e sua gravação nos crimes que relaciona, entre eles, o tráfico de mulheres e subtração de incapazes.  | 13/03/1995 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura (art.<br>332 do RISF).   |
| 19/11/1992 –<br>Senador Márcio<br>Lacerda<br>(PMDB/MT)         | SF PLS<br>166/1992  | <u><b>Ementa:</b></u> Revoga o art. 35, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei 3689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.<br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto busca revogar o artigo acima que limitava a autonomia da mulher casada ao direito de queixa. O projeto não foi adiante, mas, posteriormente, o artigo foi revogado pela Lei nº 9.520/97.   | 13/03/1995 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura  |

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
| <p>13/06/1989<br/>Deputado<br/>Federal Geovani<br/>Borges (PFL/AP)</p>     | <p>SF PLC<br/>24/1993<br/><a href="#">CD PL<br/>2797/1989</a></p> | <p><u><b>Ementa:</b></u> Acrescenta dispositivo ao artigo 61 do Código Penal.<br/><u><b>Assunto:</b></u> Cria circunstância agravante da pena quando o crime for cometido contra mulher grávida.</p>  | <p><a href="#">Lei nº 9.318 de<br/>05/12/1996</a></p>                  |
| <p>03/12/1991 –<br/>Deputada Federal<br/>Benedita da Silva<br/>(PT/RJ)</p> | <p>SF PLC<br/>46/1993<br/><a href="#">CD PL<br/>2347/1991</a></p> | <p><u><b>Ementa:</b></u> Altera o artigo 83 da Lei 7210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.<br/><u><b>Assunto:</b></u> O projeto prevê que os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário. Em 2009, a Lei nº 11.942 estabeleceu que o prazo de permanência das crianças para cuidados e amamentação será, no mínimo, de seis meses de idade.</p>   | <p><a href="#">Lei nº 9.046 de<br/>18/05/1995</a></p>                  |
| <p>28/10/1993 –<br/>Senador Júlio<br/>Campos (PFL/MT)</p>                  | <p>SF PLS<br/>141/1993</p>  | <p><u><b>Ementa:</b></u> Altera dispositivos do Código Penal (Decreto Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940), e dá outras providências.<br/><u><b>Assunto:</b></u> Conforme consta da justificativa, o projeto retrata as conclusões do 1º Encontro da Rede Feminista e da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a violência contra a mulher, que buscam alterar diversos artigos do Código Penal, então vigentes, especialmente aqueles que atentam contra a liberdade sexual das mulheres.</p> | <p>13/03/1995 –<br/>Arquivada ao final<br/>da Legislatura.</p>         |
| <p>12/08/1991 –<br/>Deputada Federal<br/>Rose de Freitas<br/>(PMDB/ES)</p> | <p>SF PLC<br/>8/1994<br/><a href="#">CD PL<br/>1374/1991</a></p>  | <p><u><b>Ementa:</b></u> Revoga os parágrafos únicos dos artigos 213 e 214 do Decreto-Lei 2848 de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal.<br/><u><b>Assunto:</b></u> O projeto busca corrigir distorções na previsão penal dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, à época vigente, quando cometidos contra menores de 14 anos.</p>  | <p><a href="#">Lei nº 9.281 de<br/>04/06/1996</a></p>                  |
| <p>22/06/1993 –<br/>Comissão de<br/>Relações<br/>Exteriores</p>            | <p>SF PDS<br/>44/1994<br/>CD PDC<br/>407/1994</p>                 | <p><u><b>Ementa:</b></u> Aprova o texto da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, assinado pela República Federativa do Brasil, em Nova Iorque, em 31 de</p>   | <p><a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº 26<br/>de 22/06/1994</a></p> |

|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
|  |  | <p>março de 1981, bem como revoga o Decreto Legislativo 93, de 1993.</p> <p><u>Assunto:</u> Embora a Convenção acima referida, também conhecida como Convenção CEDAW, não tenha definido, em seu texto inicial, a violência contra a mulher como uma forma de discriminação (a Recomendação 19/92 corrigiu essa omissão), ela foi um poderoso instrumento de combate a todas as formas de discriminação contra as mulheres e, portanto, da violência que atinge as mulheres na suas variadas formas e esferas da vida social.</p> | <p><a href="#">Decreto nº 4.377 de 13/09/2002</a><br/>(Poder Executivo)</p>   |
| 19/01/1995 -<br>Comissão de<br>Relações<br>Exteriores    | SF PDS<br>109/1995<br><a href="#">CD PDC<br/>95/1995</a> | <p><u>Ementa:</u> Aprova o texto da Convenção Internacional para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, assinada em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994.</p> <p><u>Assunto:</u> A Convenção de Belém do Pará, como é mais conhecida, é um dos pilares normativos contra a violência que atinge as mulheres. Ela fundamenta, junto com a Convenção CEDAW e outros preceitos legais e constitucionais, a elaboração da Lei Maria da Penha.</p>  | <p><a href="#">Decreto Legislativo nº 107 de 31/08/1995</a><br/><br/><a href="#">Decreto nº 1.973 de 01/08/1996</a><br/>(Poder Executivo)</p> |
| 16/08/1995 -<br>Senadora<br>Benedita da Silva<br>(PT/RJ) | SF PLS<br>235/1995                                       | <p><u>Ementa:</u> Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.</p>  | 15/01/2003 -<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura (art.<br>332 do RISF)  |
| 11/04/1996 -<br>Senador Gilvam<br>Borges<br>(PMDB/AP)    | SF PLS<br>67/1996<br>CD PL<br>3731/1997                  | <p><u>Ementa:</u> Define e regula os meios de prova e procedimentos investigatórios, destinados à prevenção e repressão dos crimes praticados por organizações criminosas.</p> <p><u>Assunto:</u> O Projeto inclui o crime de tráfico de mulheres entre aqueles sujeitos à nova regulamentação.</p>   | 17/03/2009 -<br>Comissão de<br>Constituição,<br>Justiça e<br>Cidadania.   |
| 05/09/1995 -<br>Deputado<br>Federal Chicão               | SF PLC<br>72/1996  | <p><u>Ementa:</u> Altera o art. 82, da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.</p>   | <a href="#">Lei nº 9.460 de 04/06/1997</a>  |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| Brigido<br>(PMDB/AC)  | <a href="#">CD PL<br/>925/1995</a>                      | <u>Assunto:</u> O projeto modifica a Lei de Execuções Penais para prever nos estabelecimentos penitenciários o recolhimento adequado da mulher e da pessoa idosa.  |  |
| 21/08/1996 –<br>Senador Júlio Campos (PFL/MT)                 | SF PLS<br>184/1996                                      | <u>Ementa:</u> Altera dispositivos do Código Penal (Decreto – Lei 2848 de 07 de dezembro de 1940) e dá outras providências.<br><u>Assunto:</u> Assemelha-se ao PLS 141/1993, arquivado em 13/03/95.  | 29/01/1999 –<br>Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) |
| 10/10/1996 –<br>Senadora Benedita da Silva (PT/RJ)            | SF PLS<br>229/1996                                      | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre os crimes de violência doméstica.  | 29/01/1999 –<br>Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) |
| 28/03/1995 –<br>Deputada Federal Raquel Capiberibe (PMN/AP)   | SF PLC<br>10/1997<br><a href="#">CD PL<br/>241/1995</a> | <u>Ementa:</u> Revoga dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher.  | <a href="#">Lei nº 9.520 de<br/>27/11/1997</a>                       |
| 06/09/1995 –<br>Deputado Federal Paulo Rocha (PT/PA) e outros | SF PLC<br>76/1997<br><a href="#">CD PL<br/>929/1995</a> | <u>Ementa:</u> Altera os artigos 132, 203 e 207 do Decreto – Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal.<br><u>Assunto:</u> O projeto busca definir como crimes as condutas que favorecem ou configuram trabalho forçado e escravo; verifica-se do projeto aumento de pena nos casos em que a vítima seja menor de 18 anos, mulher grávida, indígena, com deficiência ou alienação mental.                           | <a href="#">Lei nº 9.777 de<br/>29/12/1998</a>                       |
| 20/05/1997 –<br>Senador Romero Jucá (PFL/RR)                  | SF PLS<br>92/1997                                       | <u>Ementa:</u> Acrescenta item ao artigo primeiro, da Lei 8072, de 25 de julho de 1990, alterada pela Lei 8930, de 06 de setembro de 1994 que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo quinto, item XLIII (quarenta e três), da Constituição Federal.<br><u>Assunto:</u> Embora o projeto seja para a proteção de crianças e adolescentes, em geral, inclui no rol dos crimes hediondos o tráfico de mulheres. | 29/01/1999 –<br>Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) |



|   |                    |  |  |
|---|--------------------|--|--|
| 14/05/1998 –<br>Senador José<br>Ignácio Ferreira<br>(PSDB/ES) | SF PLS<br>103/1998 | <u><b>Ementa:</b></u> Altera os artigos 215, 216 e 231 do Decreto – Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal.<br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto busca alterar os tipos penais dos artigos acima, substituindo “mulher honesta”, para “mulher”. O objetivo é ampliar a proteção da lei para qualquer mulher vítima dessas violências e, assim, adequar a legislação penal aos princípios da dignidade humana das mulheres e da não discriminação. Somente em 2005, pela Lei 11.106, esse termo foi suprimido da legislação penal. | 29/01/1999 –<br>Arquivada.   |
| 21/05/1998 –<br>Senadora Emília<br>Fernandes<br>(PDT/RS)      | SF PLS<br>117/1998 | <u><b>Ementa:</b></u> Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.  | 29/01/1999 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura (art.<br>332 do RISF) |
| 09/03/1999 –<br>Senadora Emília<br>Fernandes<br>(PDT/RS)      | SF PLS<br>102/1999 | <u><b>Ementa:</b></u> Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.  | <a href="#">Lei nº 10.714 de<br/>13/08/2003</a>                            |
| 16/04/1999 –<br>Senador Romero<br>Jucá (PSDB/RR)              | SF PLS<br>243/1999 | <u><b>Ementa:</b></u> Acrescenta item ao artigo 1º (primeiro), da Lei 8072, de 25 de julho de 1990, alterada pela Lei 8930, de 06 de setembro de 1994, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo 5º (quinto), item XLIII, da Constituição Federal.<br><u><b>Assunto:</b></u> Inclui alguns delitos no rol dos crimes hediondos, entre eles o tráfico de mulheres.   | 29/05/2002 –<br>Rejeitada  |
| 17/05/1999 –<br>Senador Lúcio<br>Alcântara<br>(PSDB/CE)       | SF PLS<br>342/1999 | <u><b>Ementa:</b></u> Altera os arts. 215, 216 e 231 do Decreto–Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, suprimindo e substituindo termos cujo sentido restrito e vago dificulta a interpretação dos referidos dispositivos.  | 11/04/2003 –<br>Arquivada.   |
| 01/06/1999 –<br>Senadora Luzia<br>Toledo (PSDB/ES)            | SF PLS<br>390/1999 | <u><b>Ementa:</b></u> Altera os artigos 215, 216 e 231 do Decreto–Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.  | 09/04/2003 –<br>Arquivada.   |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| 22/03/2001 –<br>Deputada Federal<br>Iara Bernardi<br>(PT/SP)                  | SF PLC<br>14/2001   | <b>Ementa:</b> Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.  | <a href="#">Lei nº 10.224 de 15/05/2001</a> , com veto parcial.  |
| 03/09/2001 –<br>Deputada Federal<br>Nair Xavier Lobo<br>(PMDB/GO)             | PLC<br>67/2001<br><a href="#">CD PL 3901/2000</a>                 | <b>Ementa:</b> Modifica o parágrafo único do artigo 69 da Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995 (medidas cautelares em caso de violência doméstica).  | <a href="#">Lei nº 10.455 de 13/05/2002</a>  |
| 12/12/2001 –<br>Senador Carlos<br>Wilson (PTB/PE)                             | SF PLS<br>280/2001  | <b>Ementa:</b> Dispõe sobre crimes de violência doméstica, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências.   | 15/01/2003 – Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF).   |
| 05/02/2002 –<br>Comissão de<br>Relações<br>Exteriores e de<br>Defesa Nacional | <a href="#">SF PDS 1/2002</a><br><a href="#">CD PDC 1357/2001</a> | <b>Ementa:</b> Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), assinado pelo governo brasileiro no dia 13 de março de 2001, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.<br><b>Assunto:</b> O Protocolo oportuniza aos indivíduos ou grupos de indivíduos o direito de petição, em caso de violação de direitos, ao Comitê CEDAW.  | <a href="#">Decreto Legislativo nº 107 de 06/06/2002</a><br><br><a href="#">Decreto nº 4.316 de 30/07/2002</a> (Poder Executivo) |
| 04/04/2002 –<br>Deputada Federal<br>Socorro Gomes<br>(PCdoB/PA)               | <a href="#">SF PLC 8/2002</a><br><a href="#">CD PL 4493/2001</a>  | <b>Ementa:</b> Estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, em todo o território nacional, atendidas em Serviços de Saúde públicos ou privados.<br><b>Assunto:</b> Esse projeto, transformado em norma jurídica, trouxe, entre outros objetivos, importante avanço para o levantamento estatístico da violência que atinge as mulheres. Além disso, consta da Lei a definição de violência contra a mulher de modo amplo, incluindo, inclusive, a violência institucional (inciso III, § 2º do art. 1º). | <a href="#">Lei nº 10.778 de 24/11/2003</a>  |

|   |   |  |   |
|---|---|--|---|
| 10/04/2002 –<br>Senador Carlos<br>Bezerra<br>(PMDB/MT)                        | PLS 80/2002   | <b>Ementa:</b> Altera o artigo 61 da Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.  | 22/01/2007 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura (art.<br>332 do RISF)  |
| 13/03/2003 –<br>Comissão de<br>Relações<br>Exteriores e de<br>Defesa Nacional | SF PDS<br>13/2003<br><a href="#">CD PDC<br/>6/2003</a>                    | <b>Ementa:</b> Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus dois Protocolos, relativos ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea e a Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, celebrados em Palermo, em 15 de dezembro de 2000.   | <a href="#">Decreto<br/>Legislativo nº 231<br/>de 29/05/2003</a><br><br><a href="#">Decreto nº 5.017<br/>de 12/03/2004</a><br>(Poder Executivo) |
| 11/03/2003 –<br>Senador<br>Demóstenes<br>Torres (PFL/GO)                      | <a href="#">SF PLS<br/>54/2003</a><br><a href="#">CD PL<br/>2632/2003</a> | <b>Ementa:</b> Dá nova redação aos artigos 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. (Dispõe sobre a pena causada por agente contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro nas relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade).   | 21/11/2017 – CD<br>Apense-se a este<br>o PL-9056/2017   |
| 05/12/2003 –<br>Deputada Federal<br>Iara Bernardi<br>(PT/SP)                  | <a href="#">SF PLC<br/>102/2003</a><br><a href="#">CD PL<br/>3/2003</a>   | <b>Ementa:</b> Acrescenta parágrafo ao artigo 129, do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica".<br><br><b>Assunto:</b> Conforme se depreende da justificativa, a violência contra as mulheres fundamentou, por inteiro, o projeto, no entanto, a Lei resultante trouxe essa previsão como aumento de pena da lesão corporal, quando ocorre no âmbito doméstico e familiar, independentemente do agente que cometeu e da pessoa atingida. A Lei específica de prevenção, proteção e erradicação da violência doméstica e familiar contra as mulheres surge, posteriormente, com a Lei nº 11.340, de 2006 – Lei Maria da Pena. | <a href="#">Lei nº 10.886 de<br/>17/06/2004</a>   |

|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
| 05/12/2003 –<br>Deputada Federal<br>Fátima Pelaes<br>(PMDB/AP) | <a href="#">SF PLC<br/>105/2003</a><br><a href="#">CD PL<br/>335/1995</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.<br><u><b>Assunto:</b></u> Conforme justificativa, o projeto busca dotar as penitenciárias de mulheres de condições para a gestante e parturiente, bem como berçário e creche.  | <a href="#">Lei nº 11.942 de<br/>28/05/2009</a>                             |
| 15/04/2003 –<br>Senador Delcídio<br>do Amaral<br>(PT/MS)       | SF PLS<br>134/2003  | <u><b>Ementa:</b></u> Dispõe sobre crimes de violência doméstica, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências.  | 02/10/2009 –<br>Rejeitada   |
| 29/05/2003 –<br>Senador Paulo<br>Paim (PT/RS)                  | <a href="#">SF PLS<br/>213/2003</a><br><a href="#">PL<br/>6264/2005</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Institui o Estatuto da Igualdade Racial.<br><u><b>Assunto:</b></u> O projeto inicial é amplo na defesa dos direitos fundamentais das pessoas negras, mas não faz menção à especificidade das mulheres. Isso vai ocorrer, por meio de alterações ao longo da tramitação do projeto, quando são incorporados ao texto alguns dispositivos visibilizando também a questão de gênero, ou seja, relativa às mulheres negras.  | <a href="#">Lei nº 12.288 de<br/>20/07/2010</a>                             |
| 15/07/2003 –<br>Senadora Lúcia<br>Vânia (PSDB/GO)              | SF PLS<br>280/2003  | <u><b>Ementa:</b></u> Altera a Lei nº 9613, de 3 de março de 1998 "Lei de Lavagem de Dinheiro", (no que trata do tráfico internacional de mulheres e crianças).  | 07/01/2011 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura (art.<br>332 do RISF). |
| 17/07/2003 –<br>Senador Augusto<br>Botelho (PDT/RR)            | SF PLS<br>291/2003  | <u><b>Ementa:</b></u> Acrescenta o inciso IX, ao artigo 1º da Lei nº 9613, de 3 de março de 1998 (dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências), para prever o tráfico internacional de mulheres e crianças como crime pressuposto do crime de "lavagem" de dinheiro. | 27/11/2008 –<br>Retirada pelo<br>autor. Ao Arquivo.                         |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| 23/09/2003 –<br>Senador Valmir<br>Amaral<br>(PMDB/DF)           | SF PLS<br>399/2003   | <u>Ementa:</u> Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena no caso de lesão dolosa contra mulher.  | 22/01/2007 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura (art.<br>332 do RISF).                                    |
| 03/11/2003 –<br>Senador Valmir<br>Amaral<br>(PMDB/DF)           | SF PLS<br>449/2003   | <u>Ementa:</u> Acrescenta inciso ao artigo 1º da Lei nº 9613, de 3 de março de 1998, para indicar como crime precedente o tráfico de criança, adolescente e mulher.   | 22/01/2007 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura (art.<br>332 do RISF).                                    |
| 25/11/2003 –<br>Senadora Patrícia<br>Saboya (PPS/CE)            | SF PLS<br>490/2003<br><a href="#">CD PL<br/>2941/2008</a>                  | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes.   | 26/05/2015 –<br>CCJC (CD) –<br>Parecer da<br>Relatora, Dep.<br>Maria do Rosário,<br>pela aprovação.            |
| 14/04/2004 –<br>Deputado<br>Federal Carlos<br>Rodrigues (PL/RJ) | <a href="#">SF PLC<br/>23/2004</a><br><a href="#">CD PL<br/>5246/2001</a>  | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a inclusão da questão da violência contra a mulher como parte dos Temas Transversais integrantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.   | 05/05/2015 (CD)<br>– Devolvida pelo<br>Relator, Deputado<br>Eli Correa Filho<br>(DEM-SP), sem<br>manifestação. |
| 13/09/2004 –<br>CPMI –<br>Exploração<br>Sexual – 2003           | <a href="#">SF PLS<br/>253/2004</a><br><a href="#">CD PL<br/>4850/2005</a> | <u>Ementa:</u> Altera o Título VI (dos crimes contra os costumes) da Parte Especial do Código Penal.  | <a href="#">Lei nº 12.015 de<br/>07/08/2009</a>  |
| 04/03/2005 –<br>Deputada Federal<br>Laura Carneiro<br>(PMDB/RJ) | <a href="#">SF PLC<br/>17/2005</a><br><a href="#">CD PL<br/>2518/2003</a>  | <u>Ementa:</u> Determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.<br><u>Assunto:</u> A violência que atinge as mulheres fundamentou o projeto e, por meio de alterações no Código Processo Penal, buscou estabelecer a possibilidade de prisão preventiva nos casos de violência doméstica. | 05/08/2009 – O<br>Projeto foi vetado.  |

|   |   |  |   |
|---|---|--|---|
| 28/03/2006 -<br>Deputada Federal<br>Iriney Lopes<br>(PT/ES) | <a href="#">SF PLC<br/>33/2006</a><br><a href="#">CD PL<br/>4539/2004</a> | <b><u>Ementa:</u></b> Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.   | <a href="#">Lei nº 11.489 de<br/>20/06/2007</a> |
| 31/03/2006 -<br>Presidência da<br>República                 | <a href="#">SF PLC<br/>37/2006</a><br><a href="#">CD PL<br/>4559/2004</a> | <b><u>Ementa:</u></b> Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984; e dá outras providências.<br><br><b><u>Assunto:</u></b> O projeto antes de vir para a Câmara dos Deputados passou por amplo debate nos movimentos de mulheres e feministas, com a participação de integrantes da justiça. Inicialmente foi criada uma minuta pelo Consórcio de ONGs feministas, a qual foi entregue à então Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres que criou um Grupo de Trabalho para a elaboração do projeto. Encaminhado o projeto à Câmara dos Deputados lá permaneceu por dois anos, passando por amplo debate nas Audiências Públicas na Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. O projeto foi encaminhado ao Senado Federal em 2006 e nesse mesmo ano foi sancionada a Lei nº 11.340, de 2006, denominada Lei Maria da Penha, essencialmente protetiva, não criou novos tipos penais, constituindo-se na lei específica para os casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres. | <a href="#">Lei nº 11.340 de<br/>07/08/2006</a> |
| 05/07/2007 -  | <a href="#">SF PLC<br/>48/2007</a>  | <b><u>Ementa:</u></b> Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução   | <a href="#">Lei nº 12.121 de<br/>15/12/2009</a> |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| Deputado Federal Alberto Fraga (DEM/DF)               | <a href="#">CD PL 6048/2002</a>                                    | Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.                                       |  |
| 08/03/2007 – Senador Mário Couto (PSDB/PA)            | <a href="#">SF PLS 81/2007</a>                                     | <u>Ementa:</u> Insere o Inciso IX, ao Art. 1º, da Lei nº9.613, de 03 de março de 1998. (Crime de tráfico de crianças, adolescentes e mulheres).   | 11/04/2007 – Retirada pelo autor.                                  |
| 12/12/2007 – Senadora Roseana Sarney (PMDB/MA)        | <a href="#">SF PEC 101/2007</a>                                    | <u>Ementa:</u> Acrescenta inciso ao art. 5º da Constituição Federal, para assegurar à mulher presa recolhimento em cela específica.   | 09/06/2009 – Arquivada   |
| 28/11/2007 – Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT)      | <a href="#">SF PLS 674/2007</a>                                    | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para determinar a obrigatoriedade da separação de homens e mulheres em estabelecimentos penais.     | 04/02/2015 – Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF). |
| 29/11/2007 – Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT)      | <a href="#">SF PLS 683/2007</a>                                    | <u>Ementa:</u> Altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para garantir o direito de visita a presos sem distinção de gênero.  | 26/12/2014 – Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF). |
| 27/10/2008 – Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ) | <a href="#">SF PLC 160/2008</a><br><a href="#">CD PL 4966/2005</a> | <u>Ementa:</u> Cria Centros de Atendimento Integrado à Mulher – CAIM vítima de crime de estupro, tipificado no art. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. | 26/12/2014 – Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF)  |
| 04/03/2009 – Senador Magno Malta (PR/ES)              | <a href="#">SF PLS 65/2009</a>                                     | <u>Ementa:</u> Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para prever o crime de assédio sexual.   | 10/07/2017 – Designado relator o Senador Roberto Requião.          |
| 05/06/2009 – Deputado Federal Neilton Mulim (PR/RJ)   | <a href="#">SF PLC 112/2009</a><br><a href="#">CD PL 123/2007</a>  | <u>Ementa:</u> Possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência.  | <a href="#">Lei nº 13.239 de 30/12/2015</a>                        |

|  |  |   |  |
|--|--|---|--|
| 07/07/2009 -<br>Presidência da<br>República        | <a href="#">SF PLC<br/>137/2009</a><br><br><a href="#">CD PLP<br/>28/2007</a>  | <b>Ementa:</b> Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências.<br><br><b>Assunto:</b> Inclui nas atribuições da Defensoria Pública a defesa da mulher vítima de violência doméstica e familiar.  | <a href="#">Lei Complementar<br/>nº 132 de<br/>07/10/2009</a>  |
| 02/06/2009 -<br>CPI - Pedofilia -<br>2008          | <a href="#">SF PLS<br/>233/2009</a>  | <b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de dar nova disciplina ao livramento condicional no caso de condenação por crimes contra a liberdade sexual.   | 06/11/2017 -<br>Designado relator<br>o Senador Antônio<br>Anastasia.                                     |
| 02/06/2009 -<br>CPI - Pedofilia -<br>2008          | <a href="#">SF PLS<br/>236/2009</a>  | <b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de estabelecer nova hipótese de aplicação extraterritorial incondicionada da lei brasileira.<br><br><b>Assunto:</b> A nova hipótese acima mencionada refere-se à aplicação da lei brasileira aos crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, mesmo que o crime seja cometido no exterior. Embora o projeto mencione criança ou adolescente, de modo geral, as pesquisas revelam a alta incidência desses crimes sobre as meninas. | 06/11/2017 -<br>Designado relator<br>o Senador Antonio<br>Anastasia.                                     |
| 18/08/2009 -<br>Senador Expedito<br>Júnior (PR/RO) | <a href="#">SF PLS<br/>352/2009</a>  | <b>Ementa:</b> Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003 para a discriminação e a desigualdade racial entre as hipóteses de violência contra a mulher.   | 07/01/2011 -<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura (art.<br>332 do RISF).                              |
| 17/11/2009 -<br>Senador Papaléo<br>Paes (PSDB/AP)  | <a href="#">SF PLS<br/>516/2009</a><br><br><a href="#">CD PL<br/>7787/2010</a> | <b>Ementa:</b> Revoga o art. 1.520 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para excluir a possibilidade de extinção da punibilidade criminal pelo casamento.<br><br><b>Assunto:</b> O projeto visa adequar a lei civil à penal, uma vez que essa já excluiu a possibilidade de  | 06/12/2017 (CD)<br>-Parecer do relator<br>o Deputado<br>Ronaldo Fonseca<br>pela aprovação<br>com emenda. |



|   |                                     |  |   |
|---|-------------------------------------|--|---|
|   |                                     | extinção da punibilidade de crime sexual pelo casamento. Na Câmara dos Deputados, a emenda apresentada mantém o art. 1520, nos seguintes termos: “Art. 1.520. Excepcionalmente, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil (art. 1517) em caso de gravidez.”  |   |
| 08/12/2009 –<br>Senadora Serys<br>Slhessarenko<br>(PT/MT) | <a href="#">SF PLS<br/>551/2009</a> | <u>Ementa:</u> Altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de agosto de 2006, para explicitar através da menção direta aos institutos despenalizadores não passíveis de aplicação nas hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher.  | 07/01/2011 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura (art.<br>332 do RISF). |
| 09/02/2010 –<br>Senadora<br>Rosalba Ciarlini<br>(DEM/RN)  | <a href="#">SF PLS<br/>14/2010</a>  | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte.   | 11/03/2015 –<br>Pronto para<br>deliberação do<br>Plenário                   |
| 24/02/2010 –<br>Senadora Lúcia<br>Vânia (PSDB/GO)         | <a href="#">SF PLS<br/>37/2010</a>  | <u>Ementa:</u> Altera o art. 10 do Código de Processo Penal e o art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar o prazo máximo de conclusão e envio do inquérito policial, no caso de violência doméstica e familiar contra a mulher.  | 14/04/2015 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura (art.<br>332 do RISF). |
| 03/03/2010 –<br>Senador Renan<br>Calheiros<br>(PMDB/AL)   | <a href="#">SF PLS<br/>52/2010</a>  | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, a Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). (Dispõe sobre a licença maternidade, sobre o reembolso – creche e sobre a estabilidade empregatícia da gestante).<br><u>Assunto:</u> O projeto busca assegurar à empregada, em situação de violência, após afastamento autorizado pela Lei Maria da Penha, a estabilidade no emprego por doze meses. Embora o projeto incluía também outras alterações na CLT que | 26/12/2014 –<br>Arquivada ao final<br>da Legislatura.                       |

|  |   |   |   |
|--|---|---|---|
|  |   | beneficiam as mulheres no âmbito do trabalho, optou-se por incluir o projeto no tema da Violência Contra as Mulheres.   |   |
| 30/03/2010 –<br>Senador<br>Demóstenes<br>Torres (DEM/GO)         | <a href="#">SF PLS<br/>84/2010</a>                                      | <u>Ementa:</u> Acresce o § 12, ao artigo 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer a forma da ação penal nos crimes de lesões corporais leves.<br><u>Assunto:</u> O projeto não foi adiante, mas era grande essa discussão, tanto que o STF, acionado, decidiu (ADC 19 e ADI 4484) que a lesão corporal em qualquer de suas formas e nos casos de violência doméstica e familiar se procede mediante ação pública incondicionada, o que dispensa a representação da ofendida. | 26/12/2014 –<br>Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF). |
| 18/05/2010 –<br>Senador Sérgio<br>Zambiasi<br>(PTB/RS)           | <a href="#">SF PLS<br/>139/2010</a>                                     | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para garantir o direito à cirurgia plástica reparadora, no âmbito do Sistema Único de Saúde, à mulher vítima de violência doméstica da qual tenham resultado sequelas físicas.  | 26/12/2014 –<br>Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF). |
| 23/11/2010 –<br>Senador Magno<br>Malta (PR/ES)                   | <a href="#">SF PLS<br/>290/2010</a>                                     | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – “Lei Maria da Penha”, para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada.<br><u>Assunto:</u> O projeto tem um escopo mais amplo, abrangendo outros crimes, a exemplo de ameaça e injúria, e não apenas o de lesão corporal, que já é de natureza pública incondicionada, nos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.                    | 27/04/2017 –<br>Aguardando designação de Relator.                     |
| 16/03/2011 –<br>Deputada Federal<br>Alice Portugal<br>(PCdoB/BA) | <a href="#">SF PLC<br/>2/2011</a><br><a href="#">CD PL<br/>583/2007</a> | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.<br><u>Assunto:</u> Proíbe as empresas privadas e os órgãos e entidades da administração pública, direta e   | <a href="#">Lei nº 13.271 de<br/>15/04/2016</a>                       |

|  |   |   |   |
|--|---|---|---|
|  | Veto Parcial nº 12/2016, mantido pelo CN                          | indireta, de adotar qualquer prática de revista íntima de suas funcionárias e de clientes de sexo feminino; estabelece pena de multa para aqueles que praticarem a referida conduta.  |   |
| 01/03/2011 –<br>Senadora Gleisi Hoffmann<br>(PT/PR)            | <a href="#">SF PRS 6/2011</a>                                     | <u>Ementa:</u> Acrescenta Capítulo à Resolução do Senado nº 20 de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar).<br><u>Assunto:</u> Inclui um novo capítulo no Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 20/93) com a finalidade de criar o Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral ou Sexual para receber denúncias de servidoras efetivas, comissionadas e terceirizadas do Senado Federal contra assédio moral ou sexual. | 19/05/2017 –<br>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a Relatora, a Senadora Vanessa Grazziotin.<br>19/05/2017 –<br>Pronta para pauta na Comissão. |
| 25/11/2008 –<br>Deputada Federal Elcione Barbalho<br>(PMDB/PA) | <a href="#">SF PLC 16/2011</a><br><a href="#">CD PL 4367/2008</a> | <u>Ementa:</u> Acrescenta § 2º ao art. 5º da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), transformando o atual parágrafo único em § 1º, para determinar, de modo explícito, que o namoro, atual ou terminado, configura relação íntima de afeto para o fim de proteção da mulher contra a violência doméstica e familiar.  | 13/06/2017 –<br>Designado relator o Senador Magno Malta   |
| 16/02/2011 –<br>Senadora Gleisi Hoffmann<br>(PT/PR)            | <a href="#">SF PLS 49/2011</a><br><a href="#">CD PL 1322/2011</a> | <u>Ementa:</u> Altera o art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para explicitar a proibição de aplicação da suspensão condicional do processo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher.   | 17/12/2015 (CD)<br>–Parecer com complementação de Voto da Relatora, Deputada Maria do Rosário pela aprovação.   |
| 17/02/2011 –<br>Senador Mozarildo Cavalcanti<br>(PTB/RR)       | <a href="#">SF PLS 50/2011</a>                                    | <u>Ementa:</u> Insere inciso III ao art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 para incluir os casos de anencefalia fetal.<br><u>Assunto:</u> O projeto tem o objetivo de criar mais uma hipótese lícita de interrupção da gravidez, em caso de diagnóstico de anencefalia, se é precedido   | 06/11/2017 –<br>Designado relator o Senador Antonio Anastasia.  |

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
|  |   | de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. Nesse sentido, o projeto vem ao encontro da decisão, em 2012, do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 54).  |  |
| 20/10/2011 –<br>Deputado<br>Federal Benjamin<br>Maranhão<br>(SD/PB)<br><br>(Da Comissão<br>Especial<br>Destinada a<br>Acompanhar e<br>Estudar<br>Propostas de<br>Políticas Públicas<br>para a Juventude) | <a href="#">SF PLC<br/>98/2011</a><br><br><a href="#">CD PL<br/>4529/2004</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.<br><br><u><b>Assunto:</b></u> o projeto prevê no art. 20 o direito à igualdade e, para tanto, a adoção de diversos mecanismos para a sua promoção no âmbito da profissionalização, trabalho e renda, à cultura, à saúde, à segurança, à cidadania e ao acesso à justiça, entre eles, a inclusão de temas sobre questões raciais, de gênero e de violência doméstica e sexual cometida contra as mulheres na formação dos profissionais de educação, de saúde, de segurança pública e dos operadores do Direito, sobretudo com relação à proteção dos direitos de mulheres negras. | <a href="#">Lei nº 12.852 de<br/>05/08/2013</a>                      |
| 07/04/2011 –<br>Senador Magno<br>Malta (PR/ES)   | <a href="#">SF PLS<br/>150/2011</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Altera os arts. 129 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar as penas de crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar.   | 06/11/2017 –<br>Designado relator<br>o Senador Antonio<br>Anastasia. |
| 07/04/2011 –<br>Senador Magno<br>Malta (PR/ES)   | <a href="#">SF PLS<br/>151/2011</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – "Lei Maria da Penha", para afastar a necessidade de realização da audiência para renúncia à representação.   | 03/03/2016 –<br>Aguardando<br>designação de<br>Relator.              |
| 28/04/2011 –<br>Senadora Marta<br>Suplicy (PT/SP)  | <a href="#">SF PLS<br/>202/2011</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Dispõe sobre o procedimento de revista em visitantes que ingressem no estabelecimento penal, e dá outras providências.  | 10/03/2015 –<br>Aguardando<br>designação de<br>Relator.              |

|   |  |   |   |
|---|--|---|---|
|   |  | <u>Assunto:</u> O projeto prevê a adoção de procedimento diferenciado nos casos de visitante mulher.  |   |
| 13/07/2011 -<br>Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)             | <a href="#">SF PLS 422/2011</a>  | <u>Ementa:</u> Altera os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar cumprimento da pena integralmente em regime fechado, nos casos dos crimes que especifica.<br><u>Assunto:</u> Entre os crimes que relaciona, inclui o estupro de vulnerável, determinando que será cumprido integralmente em regime fechado.     | 27/09/2017 -<br>Designado relator o Senador Antonio Anastasia.                                      |
| 03/08/2011 -<br>Senador Humberto Costa (PT/PE)            | <a href="#">SF PLS 443/2011</a><br><br><a href="#">CD PL 8330/2015</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. | 06/10/2017 (CD)<br>-<br>Matéria distribuída à Comissão de Constituição e de Justiça e de Cidadania. |
| 06/10/2011 -<br>Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)          | <a href="#">SF PLS 631/2011</a>  | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o Conselho Tutelar.<br><u>Assunto:</u> O projeto inclui como impeditivo para exercer a função de conselheiro (a) tutelar a condenação criminal ou tornar-se réu em ação judicial contra criança ou adolescente ou violência doméstica e familiar contra a mulher.       | 10/03/2015 -<br>Aguardando designação de Relator.   |
| 26/10/2011 -<br>Senadora Marta Suplicy (PT/SP)            | <a href="#">SF PLS 656/2011</a>  | <u>Ementa:</u> Dá nova redação ao artigo 213 e acrescenta o artigo 213-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.<br><u>Assunto:</u> O projeto busca redefinir o tipo penal relativo ao estupro e incluir o atentado violento ao pudor.  | 06/11/2017 -<br>Designado relator o Senador Antonio Anastasia.                                      |
| 21/12/2011 -<br>CPI - Tráfico Nacional e Internacional de | <a href="#">SF PLS 766/2011</a>  | <u>Ementa:</u> Altera o Código Penal para tipificar os crimes de tráfico internacional e interno de pessoas para fins de exploração sexual, trabalho forçado, remoção de órgãos ou outro fim que acarrete   | 06/03/2013 -<br>Retirada pelo autor. Ao arquivo.  |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| Pessoas no Brasil<br>- 2011                                   |  | ofensa relevante à dignidade da pessoa ou à sua integridade física.   |  |
| 07/08/2012 -<br>Senadora Marta<br>Suplicy (PT/SP) e<br>outros | <a href="#">SF PEC<br/>43/2012</a><br><a href="#">PEC<br/>246/2016</a><br><a href="#">CD</a> | <b>Ementa:</b> Altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.   | 20/09/2016 (CD)<br>-Aprovado o<br>Parecer da CCJC.                                     |
| 13/03/2012 -<br>Senador Ciro<br>Nogueira (PP/PI)              | <a href="#">SF PLS<br/>47/2012</a>   | <b>Ementa:</b> Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir à mulher idosa vítima de violência prioridade no atendimento policial e aplicação da Lei Maria da Penha.  | 19/10/2016 -<br>Aguardando<br>designação do<br>relator.                                |
| 29/03/2012 -<br>Senadora Ivonete<br>Dantas<br>(PMDB/RN)       | <a href="#">SF PLS<br/>74/2012</a>   | <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes de bases da educação nacional, para incluir nos currículos do ensino fundamental e médio conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher, a criança e o idoso.               | 09/06/2017 -<br>Designado relator<br>o Senador Magno<br>Malta.                         |
| 29/03/2012 -<br>Senadora Maria<br>do Carmo Alves<br>(DEM/SE)  | <a href="#">SF PLS<br/>75/2012</a><br><a href="#">CD PL<br/>5654/2016</a>                    | <b>Ementa:</b> Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto. | 01/08/2017 (CD)<br>-Designado relator<br>o Deputado<br>Francisco Floriano.             |
| 17/04/2012 -<br>Senador Jayme<br>Campos<br>(DEM/MT)           | <a href="#">SF PLS<br/>109/2012</a><br><a href="#">CD PL<br/>5019/2013</a>                   | <b>Ementa:</b> Institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA) e dá outras providências.   | 27/04/2017 (CD)<br>- Parecer da<br>Relatora Deputada<br>Erika Kokay pela<br>aprovação. |
| 19/04/2012 -<br>Senadora Marta<br>Suplicy (PT/SP)             | <a href="#">SF PLS<br/>113/2012</a>  | <b>Ementa:</b> Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para incluir as transferências voluntárias relativas a ações de combate à violência contra a mulher entre aquelas que não são passíveis de restrição.                           | 07/11/2017 -<br>Aguardando<br>Inclusão Ordem do<br>Dia de<br>Requerimento.             |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| 24/05/2012 -<br>Senador Antonio<br>Carlos Valadares<br>(PSB/SE) | <a href="#">SF PLS<br/>177/2012</a>                                    | <b>Ementa:</b> Altera o art. 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever que, nos crimes contra a liberdade sexual, a pena seja aumentada se o agente praticar o crime prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou de relação de confiança ou autoridade do ambiente escolar.   | 06/11/2017 -<br>Designado relator<br>o Senador Antonio<br>Anastasia. |
| 12/07/2012 -<br>Senador Antonio<br>Carlos Valadares<br>(PSB/SE) | <a href="#">SF PLS<br/>264/2012</a>                                    | <b>Ementa:</b> Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a ação regressiva previdenciária em casos de acidentes de trânsito e de violência doméstica e familiar contra a mulher.   | 07/05/2015 -<br>Aguardando<br>leitura de<br>requerimento.            |
| 07/08/2012 -<br>Senadora Maria<br>do Carmo Alves<br>(DEM/SE)    | <a href="#">SF PLS<br/>287/2012</a>                                    | <b>Ementa:</b> Acrescenta os artigos 128-A a 128-C ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre o crime de interrupção de gravidez em razão de diagnóstico de anencefalia.<br><br><b>Assunto:</b> O projeto tem o objetivo de criminalizar a interrupção da gravidez em caso de anencefalia. Nesse sentido, o projeto vem de encontro à decisão, em 2012, do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 54). | 06/11/2017 -<br>Designado relator<br>o Senador Antonio<br>Anastasia. |
| 06/11/2012 -<br>Senador Eduardo<br>Amorim (PSC/SE)              | <a href="#">SF PLS<br/>399/2012</a>                                    | <b>Ementa:</b> Altera os arts. 231 e 231-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para ampliar as hipóteses de tráfico de pessoa e considerá-las hediondas.   | 06/11/2017 -<br>Designado relator<br>o Senador Antonio<br>Anastasia. |
| 08/03/2013 -<br>Deputada Federal<br>Iara Bernardi<br>(PT/SP)    | <a href="#">SF PLC<br/>3/2013</a><br><a href="#">CD PL<br/>60/1999</a> | <b>Ementa:</b> Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.  | <a href="#">Lei nº 12.845 de<br/>01/08/2013</a>                      |
| 19/11/2013 -<br>CPMI de<br>Violência Contra                     | <a href="#">PRN 5/2013</a>   | <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.  | <a href="#">Resolução nº<br/>1/2014</a>                              |

|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
| a Mulher no Brasil                                     |   |  |   |
| 05/02/2013 - Senador Jorge Afonso Argélio (PTB/DF)     | <a href="#">PLS 8/2013</a><br><a href="#">PL 6567/2013</a>        | <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p><b>Assunto:</b> Embora estreitamente vinculado à saúde, optamos por manter o projeto nesse eixo temático da violência, pois que a realização do parto humanizado pressupõe o respeito à dignidade e autonomia da mulher nesse processo, livre de qualquer forma de violência.</p> | 17/08/2017 - Comissão de Educação. Designado Relator, Dep. Lincoln Portela (PRB-MG)                       |
| 05/04/2013 - Deputado Federal Celso Russomano (PRB/SP) | <a href="#">SF PLC 10/2013</a><br><a href="#">CD PL 6903/2006</a> | <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.</p> <p><b>Assunto:</b> O projeto visa incluir circunstância agravante quando o crime do art. 148 (Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado) for cometido contra as pessoas que relaciona, entre elas, ascendente, descendente, cônjuge, criança, maior de sessenta anos, enfermo ou mulher grávida.</p>   | 27/09/2017 - Matéria com o relator, o Senador Antonio Anastasia.  |
| 30/04/2013 - Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO)        | <a href="#">SF PLS 153/2013</a>                                   | <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a fiscalização e a prestação de contas do uso de recursos públicos repassados às Confederações Representativas de Categorias Econômicas e sobre as condições para os candidatos a seus cargos de direção e a contratação de pessoal.</p> <p><b>Assunto:</b> Consta do projeto que na eleição dos candidatos que irão gerir esses recursos “ não será</p>  | 24/09/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; matéria com o relator, o Senador Romero Jucá. |



|  |                                     |  |   |
|--|-------------------------------------|--|---|
|  |                                     | admitido no processo de eleição candidato condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pelos crimes: (...) VII – contra a vida e a dignidade sexual. O projeto tramita em conjunto com o PLS 214/2013.  |   |
| 03/06/2013 –<br>Senador Ataídes<br>Oliveira<br>(PSDB/TO) | <a href="#">SF PLS<br/>214/2013</a> | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a fiscalização e a prestação de contas do uso de recursos públicos repassados às Federações Representativas de Categorias Econômicas e sobre as condições para os candidatos a seus cargos de direção e à contratação de pessoal efetivo.<br><br><u>Assunto:</u> Na eleição dos candidatos que irão gerir esses recursos consta que “ não será admitido no processo de eleição candidato condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pelos crimes: (...) VII – contra a vida e a dignidade sexual. O projeto tramita em conjunto com o PLS 153/2013. | 24/09/2015 –<br>Comissão de<br>Constituição,<br>Justiça e<br>Cidadania; matéria<br>com o relator o<br>Senador Romero<br>Jucá. |
| 04/06/2013 –<br>Senador Ataídes<br>Oliveira<br>(PSDB/TO) | <a href="#">SF PLS<br/>216/2013</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.  | 03/07/2013 –<br>Retirada pelo<br>autor.   |
| 17/06/2013 –<br>Senador Ataídes<br>Oliveira<br>(PSDB/TO) | <a href="#">SF PLS<br/>233/2013</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.  | 06/12/2016 –<br>Pronta para a<br>pauta da<br>Comissão; relatora<br>a Senadora<br>Simone Tebet.                                |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| 15/07/2013 –<br>CPMI – Violência<br>contra a Mulher –<br>2012 | <a href="#">SF PLS<br/>292/2013</a>  | <b>Ementa:</b> Altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.   | <a href="#">Lei nº 13.104 de<br/>09/03/2015</a>                        |
| 15/07/2013 –<br>CPMI – Violência<br>contra a Mulher –<br>2012 | <a href="#">SF PLS<br/>293/2013</a><br><br><a href="#">CD PL<br/>6293/2013</a> | <b>Ementa:</b> Altera o art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, para incluir a discriminação de gênero e reconhecer como tortura a submissão de alguém à situação de violência doméstica e familiar, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental como forma de exercer domínio.  | 08/04/2014 (CD)<br>–<br>Plenário – Retirado<br>de pauta, de<br>ofício. |
| 15/07/2013 –<br>CPMI – Violência<br>contra a Mulher –<br>2012 | <a href="#">SF PLS<br/>294/2013</a><br><br><a href="#">CD PL<br/>6294/2013</a> | <b>Ementa:</b> Altera o art. 20 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer que o encaminhamento da ofendida ao abrigo deverá ser comunicado em 24 (vinte e quatro) horas ao juiz e ao Ministério Público para análise imediata dos requisitos da prisão preventiva do agressor.  | 08/04/2014 (CD)<br>–<br>Retirado de pauta,<br>de ofício.               |
| 15/07/2013 –<br>CPMI – Violência<br>contra a Mulher –<br>2012 | <a href="#">SF PLS<br/>295/2013</a>  | <b>Ementa:</b> Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para inserir entre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a atribuição de organizar serviços públicos específicos e especializados para atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica em geral. | <a href="#">Lei nº 13.427 de<br/>30/03/2017</a>                        |
| 15/07/2013 –<br>CPMI – Violência<br>contra a Mulher –<br>2012 | <a href="#">SF PLS<br/>296/2013</a><br><br><a href="#">CD PL<br/>6296/2013</a> | <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios de Previdência Social e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para instituir o auxílio-transitório decorrente de risco social provocado por situação de violência doméstica e familiar contra a mulher.  | 08/04/2014 (CD)<br>– Retirado de<br>pauta, de ofício.                  |
| 15/07/2013 –  | <a href="#">SF PLS<br/>297/2013</a>  | <b>Ementa:</b> Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria Fundo Penitenciário  | 25/04/2017 –   |

|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
| CPMI – Violência contra a Mulher – 2012              |   | Nacional, para determinar que recursos arrecadados com multas decorrentes exclusivamente de sentenças condenatórias em processos criminais que envolvam violência doméstica e familiar devem ser aplicados na manutenção de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica e prioritariamente no reembolso de benefícios ou prestações assistenciais ou previdenciárias, pagas com recursos da seguridade social. | Aguardando Inclusão Ordem do Dia de Requerimento; designada relatora a Senadora Simone Tebet                 |
| 15/07/2013 – CPMI – Violência contra a Mulher – 2012 | <a href="#">SF PLS 298/2013</a><br><a href="#">CD PL 7371/2014</a>    | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e dá outras providências.   | 21/02/2017 (CD) – Retirado de pauta, de ofício.  |
| 12/08/2013 – Senador Pedro Taques (PDT/MT)           | <a href="#">SF PLS 328/2013</a>                                       | <u>Ementa:</u> Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a necessidade da realização de audiência de admoestação para a soltura dos agressores.  | 06/04/2016 – Aguardando designação do relator.   |
| 25/09/2013 – Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)  | <a href="#">SF PLS 393/2013</a>                                       | <u>Ementa:</u> Acrescenta o art. 120-A na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ajuíze ação regressiva, visando ao ressarcimento das despesas decorrentes dos custos com o tratamento da vítima de violência doméstica e familiar, quando o agressor for enquadrado na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências.           | 10/03/2015 – Aguardando designação do relator.   |
| 08/03/2012 – Presidência da República                | <a href="#">CN MPV 615/2013</a><br><br><a href="#">PLV 00021/2013</a> | <u>Ementa:</u> Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol da região Nordeste e o financiamento da renovação e implantação de canais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB; altera a Lei nº 12.783,   | <a href="#">Lei nº 12.865 de 09/10/2013.</a><br><br>Veto Parcial nº 40/2013, mantido pelo Congresso Nacional |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|   |   | <p>de 11 de janeiro de 2013, para autorizar a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, títulos da dívida pública mobiliária federal; e dá outras providências.</p> <p><u>Assunto:</u> O PLV 21/2013, que substitui o texto original, prevê a autorização à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência.</p> |  |
| 28/04/2014 –<br>Deputado<br>Federal Sandes<br>Júnior (PP/GO)                                    | <p><a href="#">SF PLC 35/2014</a><br/><a href="#">CD PL 235/2011</a></p>  | <p><u>Ementa:</u> Acrescenta parágrafo único ao art. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.</p> <p><u>Assunto:</u> O projeto prevê prioridade para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na realização do exame de corpo de delito.</p>  | 10/03/2015 –<br>Aguardando<br>designação de<br>relator.  |
| 28/04/2014 –<br>Deputada Federal<br>Dalva Figueiredo<br>(PT/AP)                                 | <p><a href="#">SF PLC 37/2014</a><br/><a href="#">CD PL 5297/2009</a></p> | <p><u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.</p> <p><u>Assunto:</u> O projeto visa alterar o art. 16 da Lei Maria da Penha para consignar que todos os delitos que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher sejam considerados de ação penal pública incondicionada, ou seja, não dependem de representação da ofendida para prosseguimento.</p>   | 10/03/2015 –<br>Comissão de<br>Constituição,<br>Justiça e<br>Cidadania;<br>aguardando<br>designação de<br>relator. |
| 04/06/2014 –<br>Comissão<br>Permanente<br>Mista de<br>Combate à<br>Violência contra<br>a Mulher | <p><a href="#">SF PLC 59/2014</a><br/><a href="#">CD PL 6013/2013</a></p> | <p><u>Ementa:</u> Altera o art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.</p>   | <a href="#">Lei nº 13.025 de 03/09/2014</a>  |

|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
| 11/03/2014 -<br>Senador Jayme Campos<br>(DEM/MT) | <a href="#">SF PLS 70/2014</a>  | <b>Ementa:</b> Acrescenta o art. 37-A à Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade da divulgação de informações sobre a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) por empresas prestadoras de serviços de radiodifusão de sons (rádio) e de sons e imagens (televisão), por programadoras do serviço de acesso condicionado, por veículos impressos de comunicação e por portais de internet hospedados no País. | 29/09/2015 -<br>Designada relatora a Senadora Ângela Portela.         |
| 28/05/2014 -<br>Senadora Ângela Portela (PT/RR)  | <a href="#">SF PLS 195/2014</a><br><a href="#">PL 7180/2017</a><br><a href="#">CD</a> | <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher.  | 13/12/2017 (CD)<br>-<br>Designada relatora a Deputada Laura Carneiro. |
| 28/05/2014 -<br>Senador Pedro Taques (PDT/MT)    | <a href="#">SF PLS 197/2014</a>   | <b>Ementa:</b> Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências.  | 29/04/2015 -<br>Designado relator o Senador Humberto Costa.           |
| 09/12/2014 -<br>Senador Ivo Cassol (PP/RO)       | <a href="#">SF PLS 385/2014</a>   | <b>Ementa:</b> Acresce o §5º ao art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor que o descumprimento de medida protetiva configura crime de desobediência a decisão judicial, além sujeitar o agressor à multa mínima de 10 (dez) salários mínimos.  | 04/11/2015 -<br>Designada relatora a Senadora Ângela Portela.         |
| 04/02/2015 -<br>Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) | <a href="#">SF PLS 14/2015</a>  | <b>Ementa:</b> Acresce o § 5º ao art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para esclarecer que o descumprimento de medida protetiva de urgência, prevista nesta lei, configura crime de desobediência (art. 330 do Código Penal).  | 04/11/2015 -<br>Designada relatora a Senadora Ângela Portela.         |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| 23/04/2015 –<br>Deputada Federal<br>Rosângela<br>Gomes (PRB/RJ) | <a href="#">SF PLC<br/>26/2015</a><br><a href="#">CD PLP<br/>13/2015</a> | <b>Ementa:</b> Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e dá outras providências.<br><br><b>Assunto:</b> Destina recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) na implantação de berçário, creche e seção destinada à gestante e à parturiente nos estabelecimentos penais.   | <a href="#">Lei Complementar<br/>nº 153 de<br/>09/12/2015</a>          |
| 15/10/2015 –<br>Presidência da<br>República                     | <a href="#">CN PLN<br/>27/2015</a>                                       | <b>Ementa:</b> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Controladoria-Geral da União, crédito suplementar no valor de R\$ 44.355.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.<br><br><b>Assunto:</b> Os valores destinados à Secretaria de Políticas para as Mulheres decorreram de cancelamento da dotação destinada ao projeto de construção de Casa da Mulher Brasileira em Tocantins. A nova destinação visa atender a atividade de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: aquisição de duas unidades móveis para atendimento das mulheres em situação de violência no campo e nas florestas. | <a href="#">Lei nº 13.224 de<br/>23/12/2015</a>                        |
| 03/03/2015 –<br>Senador Romário<br>(PSB/RJ)                     | <a href="#">SF PLS<br/>64/2015</a>                                       | <b>Ementa:</b> Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de constranger alguém, mediante contato físico com fim libidinoso.  | 24/10/2017 –<br>Pronta para a<br>pauta na<br>Comissão.                 |
| 16/12/2015 –<br>Senadora Simone<br>Tebet (PMDB/MS)              | <a href="#">SF PRS<br/>64/2015</a>                                       | <b>Ementa:</b> Cria o Observatório da Mulher contra a Violência, dentro da estrutura administrativa do Senado Federal, vinculado ao Instituto de Pesquisa Data Senado e Secretaria de Transparência.  | <a href="#">Resolução do<br/>Senado Federal nº<br/>7 de 29/03/2016</a> |
| 04/03/2015 –<br>Senador<br>Humberto Costa<br>(PT/PE)            | <a href="#">SF PLS<br/>89/2015</a>                                       | <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.   | 31/08/2017 –<br>Designada relatora<br>a Senadora Ana<br>Amélia.        |

|  |                                     |  |   |
|--|-------------------------------------|--|---|
|  |                                     | <u>Assunto:</u> O projeto inclui na definição de pessoas em situação de vulnerabilidade as mulheres em situação de violência doméstica e seus dependentes.   |   |
| 04/03/2015 –<br>Senador<br>Humberto Costa<br>(PT/PE)           | <a href="#">SF PLS<br/>90/2015</a>  | <u>Ementa:</u> Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.                                    | 08/11/2017 –<br>Aguardando<br>designação de<br>Relator.   |
| 17/03/2015 –<br>Senadora Maria<br>do Carmo Alves<br>(DEM/SE)   | <a href="#">SF PLS<br/>119/2015</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do “botão do pânico” no cumprimento das medidas protetivas de urgência.  | 16/03/2017 –<br>Designado relator<br>o Senador Roberto<br>Requião.                                  |
| 03/09/2015 –<br>Deputado<br>Federal Henrique<br>Afonso (PV/AC) | <a href="#">SF PLC<br/>119/2015</a> | <u>Ementa:</u> Acrescenta o art. 54–A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.<br><u>Assunto:</u> Entre diversas medidas elencadas, inclui-se o dever de criar mecanismos de proteção às mulheres contra a violência doméstica.  | 15/09/2017 –<br>Designado relator<br>o Senador Paulo<br>Paim.15/09/2017<br>– Audiência<br>realizada |
| 19/05/2015 –<br>Senadora Gleisi<br>Hoffmann<br>(PT/PR)         | <a href="#">SF PLS<br/>291/2015</a> | <u>Ementa:</u> Altera o Decreto–Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.   | 29/11/2017 –<br>Designada relatora<br>a Senadora Marta<br>Suplicy.                                  |
| 26/05/2015 –<br>Senador Eduardo<br>Amorim (PSC/SE)             | <a href="#">SF PLS<br/>309/2015</a> | <u>Ementa:</u> Dispõe sobre o direito à amamentação em público, tipificando criminalmente a sua violação.<br><u>Assunto:</u> Conforme justificativa do projeto, a restrição de amamentar em público constitui violação a um direito já assegurado constitucionalmente, por essa razão o incluímos no eixo da violência, não obstante estreitamente | 09/06/2015 –<br>Retirada pelo<br>autor.<br>12/06/2015 –<br>Arquivada                                |

|   |  |   |   |
|---|--|---|---|
|   |  | vinculado a outros temas, como a saúde e o trabalho.  |   |
| 02/06/2015 –<br>Senadora<br>Vanessa<br>Grazziotin<br>(PCdoB/AM) | <a href="#">SF PLS<br/>332/2015</a>  | <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para vedar a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo.   | 06/12//2017 –<br>Designada relatora<br>a Senadora Regina<br>Sousa.        |
| 02/07/2015 –<br>Senador Magno<br>Malta (PR/ES)                  | <a href="#">SF PLS<br/>427/2015</a>  | <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para criar o banco de dados de medidas protetivas de urgência e possibilitar ao delegado de polícia o deferimento de determinadas medidas protetivas de urgência, desde o primeiro atendimento à mulher.<br><b>Assunto:</b> Em relação à possibilidade de deferimento de medidas protetivas de urgência, essa matéria foi recentemente vetada no PLC 7, de 2016, transformado na Lei 13.505, de 2017. | 31/08/2017 –<br>Designada relatora<br>a Senadora Ana<br>Amélia.           |
| 05/08/2015 –<br>Senadora<br>Vanessa<br>Grazziotin<br>(PCdoB/AM) | <a href="#">SF PLS<br/>514/2015</a>  | <b>Ementa:</b> Garante o direito à amamentação em público, transformando em crime a sua violação, que também ensejará indenização por danos morais à vítima.<br><b>Assunto:</b> Conforme justificativa do projeto, a restrição de amamentar em público constitui violação a um direito já assegurado constitucionalmente, por essa razão o incluímos no eixo da violência, não obstante estreitamente vinculado a outros temas, como a saúde e o trabalho.                                | 31/08/2017 –<br>Designada relatora<br>a Senadora Maria<br>do Carmo Alves. |
| 19/08/2015 –<br>Senadora Gleisi<br>Hoffmann<br>(PT/PR)          | <a href="#">SF PLS<br/>547/2015</a><br><a href="#">CD PL<br/>7181/2017</a> | <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha.  | 08/08/2017 (CD)<br>–Designado<br>relator, o<br>Deputado Laerte<br>Bessa.  |
| 16/09/2015 –  | <a href="#">SF PLS<br/>618/2015</a>  | <b>Ementa:</b> Acrescenta o art. 225–A ao Decreto–Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal,  | 12/12/2017 (CD)<br>–  |



|  |  |   |  |
|--|--|---|--|
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)                 | <a href="#">CD PL 5452/2016</a>                                  | para prever causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas.   | Plenário –<br>Matéria não apreciada.                                 |
| 06/10/2015 – Senador Telmário Mota (PDT/RR)            | <a href="#">SF PLS 669/2015</a>                                  | <u>Ementa:</u> Altera o inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis) anos de idade.               | 01/06/2017 – Designada relatora a Senadora Gleisi Hoffmann.          |
| 29/03/2016 – Deputado Federal Alceu Moreira (PMDB/RS)  | <a href="#">SF PLC 4/2016</a><br><a href="#">CD PL 173/2015</a>  | <u>Ementa:</u> Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.  | 16/10/2017 – CCJC, designada relatora a Senadora Vanessa Grazziotin. |
| 31/03/2016 – Deputada Federal Laura Carneiro (PMDB/RJ) | <a href="#">SF PLC 6/2016</a><br><a href="#">CD PL 4330/2016</a> | <u>Ementa:</u> Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para regular a divulgação do serviço telefônico de denúncias a respeito de violência contra a mulher.  | 31/05/2016 – Prejudicada<br>03/06/2016 – Arquivo.                    |
| 31/03/2016 – Deputado Federal Sergio Vidigal (PDT/ES)  | <a href="#">SF PLC 7/2016</a><br><a href="#">CD PL 36/2015</a>   | <u>Ementa:</u> Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências. | <a href="#">Lei nº 13.505 de 08/11/2017</a>                          |
| 01/04/2016 – Deputado Federal Lincoln Portela (PRB/MG) | <a href="#">SF PLC 8/2016</a><br><a href="#">CD PL 3030/2015</a> | <u>Ementa:</u> Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.<br><u>Assunto:</u> O projeto prevê aumento de pena do feminicídio (Lei nº 13.104/15,) se o crime for praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência.                                      | 15/12/2017 – Pronta para deliberação do Plenário do Senado.          |
| 02/02/2016 – Comissão de Direitos                      | <a href="#">SF PLS 8/2016</a>                                    | <u>Ementa:</u> Institui a Política Nacional de Informações Estatísticas relacionadas à violência contra a mulher.   | 24/05/2017 (CD) – Parecer do Relator, Deputado                       |

|  |  |  |   |
|--|--|--|---|
| Humanos e Legislação Participativa                                   | <a href="#">CD PL 5000/2016</a>                                  |  | Lincoln Portela pela aprovação.                               |
| 02/02/2016 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa | <a href="#">SF PLS 9/2016</a><br><a href="#">CD PL 5001/2016</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a medida protetiva de frequência a centro de educação e reabilitação do agressor.   | 10/11/2017 (CD) –Designada Relatora a Deputada Soraya Santos. |
| 01/08/2016 – Presidência da República                                | <a href="#">CN PLN 15/2016</a>                                   | <u>Ementa:</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Previdência Social e das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 59.258.100,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.<br><u>Assunto:</u> Pelo projeto, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos remaneja dotação orçamentária anteriormente destinada à atividade de Atendimento às mulheres em situação de violência, atendimento às pessoas vítimas de preconceito racial e políticas de promoção dos direitos da juventude e outras atividades, destinando-a ao Programa de Gestão e Manutenção das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. | <a href="#">Lei nº 13.356 de 07/11/2016</a>                   |
| 13/10/2016 – Presidência da República                                | <a href="#">CN PLN 26/2016</a>                                   | <u>Ementa:</u> Abre ao Orçamentos Fiscal da União, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, da Advocacia-Geral da União e da Controladoria-Geral da União, Crédito Suplementar no valor de R\$ 82.218.503,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.   | <a href="#">Lei nº 13.382 de 20/12/2016</a>                   |

|   |                                |   |  |
|---|--------------------------------|---|--|
|   |                                | <p><u>Assunto:</u> O Crédito Suplementar contou com superávit financeiro e anulação parcial de dotação orçamentária. No caso do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos foi anulada a dotação no valor de R\$5.000.000, destinado ao Programa Políticas para as Mulheres, atividade Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Conforme consta da Exposição de Motivos “ (...) No que se refere ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, permitirá o atendimento de despesas com manutenção, no âmbito de sua Secretaria de Direitos Humanos”.</p>  |  |
| 16/02/2016 –<br>Senador Hélio José (PMB/DF) | <a href="#">SF PLS 28/2016</a> | <p><u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ampliando situações que tipificam a violência doméstica e familiar contra a mulher, as garantias e meios de proteção da vítima.</p>   | 17/03/2017 –<br>Designada relatora a Senadora Marta Suplicy. |
| 13/10/2016 –<br>Presidência da República    | <a href="#">CN PLN 29/2016</a> | <p><u>Ementa:</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 76.475.117,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>Assunto:</u> Abre crédito suplementar para os Ministérios da Justiça e da Defesa, tendo por suporte aumento de receita e cancelamento de despesas. Para aprovação desse projeto, algumas dotações do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos foram canceladas, entre as quais, oito milhões, originalmente previstos para atendimento das mulheres em situação de violência e Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca – Nacional.</p> | <a href="#">Lei nº 13.405 de 26/12/2016</a>                  |
| 16/09/2016 –<br>Deputado Federal Chico      | <a href="#">SF PLC 55/2016</a> | <p><u>Ementa:</u> Dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher e dá outras providências.</p>  | <a href="#">Lei nº 13.421 de 27/03/2017</a>                  |

|   |  |  |   |
|---|--|--|---|
| Lopes<br>(PCdoB/CE)   | <a href="#">CD PL<br/>2638/2007</a>  |  |   |
| 29/11/2016 -<br>Senador Jorge<br>Viana (PT/AC) e<br>outros/as | <a href="#">SF PEC<br/>64/2016</a><br><a href="#">CD PEC<br/>353/2017</a>  | <b>Ementa:</b> Altera o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal, para tornar imprescritíveis os crimes de estupro.  | 07/11/2017 (CD)<br>-Parecer do<br>Relator, Deputado<br>Marcos Rogério<br>pela<br>admissibilidade. |
| 14/06/2016 -<br>Senadora Simone<br>Tebet (PMDB/MS)            | <a href="#">SF PLS<br/>244/2016</a><br><a href="#">CD PL<br/>7183/2017</a> | <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, para incluir a coleta de dados específicos de violência contra a mulher entre as finalidades do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP.  | 22/08/2017 (CD)<br>-Designada<br>relatora a<br>Deputada Soraya<br>Santos.                         |
| 29/06/2016 -<br>Senador Paulo<br>Bauer (PSDB/SC)              | <a href="#">SF PLS<br/>264/2016</a>  | <b>Ementa:</b> Acrescenta o art. 6º-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que, no caso de prática de crime contra a dignidade sexual contra mulher, o atendimento na Delegacia de Polícia será feito preferencialmente por autoridade policial e agentes do sexo feminino. | 09/03/2017 -<br>Designada relatora<br>a Senadora Gleisi<br>Hoffmann.                              |
| 06/07/2016 -<br>Senadora Marta<br>Suplicy<br>(PMDB/SP)        | <a href="#">SF PLS<br/>282/2016</a>  | <b>Ementa:</b> Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher.  | 15/07/2016 -<br>Aguardando<br>designação do<br>relator.   |
| 08/08/2016 -<br>Senador Elmano<br>Férrer (PTB/PI)             | <a href="#">SF PLS<br/>308/2016</a>  | <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.  | 21/09/2017 -<br>Designada relatora<br>a Senadora<br>Simone Tebet.                                 |
| 31/08/2016 -<br>Senador Eduardo<br>Lopes (PRB/RJ)             | <a href="#">SF PLS<br/>324/2016</a>  | <b>Ementa:</b> Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para instituir prazo de reflexão à renúncia de representação.   | 12/09/2016 -<br>Aguardando<br>designação de<br>Relator.   |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| 17/11/2016 –<br>Senador<br>Raimundo Lira<br>(PMDB/PB)             | <a href="#">SF PLS<br/>418/2016</a>                                       | <u><b>Ementa:</b></u> Altera o Código Penal, para aumentar a pena do crime de lesão corporal em casos de violência doméstica.<br><br><u><b>Assunto:</b></u> Embora o tipo penal abranja outras pessoas vítima de violência doméstica, a justificativa do projeto é a violência contra as mulheres.   | 28/11/2016 –<br>Aguardando<br>designação de<br>Relator.      |
| 13/12/2016 –<br>Senador Pastor<br>Valadares<br>(PDT/RO)           | <a href="#">SF PLS<br/>460/2016</a>                                       | <u><b>Ementa:</b></u> Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar o induzimento e a instigação ao aborto e o anúncio de meio abortivo, bem como para exigir o exame de corpo de delito e a prévia comunicação à autoridade policial para a não punição do aborto resultante de estupro, e modifica a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para aperfeiçoar a redação dos arts. 1º a 3º. | 22/12/2016 –<br>Aguardando<br>designação de<br>Relator.      |
| 13/12/2016 –<br>Senador Pastor<br>Valadares<br>(PDT/RO)           | <a href="#">SF PLS<br/>461/2016</a>                                       | <u><b>Ementa:</b></u> Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar a prática do aborto em qualquer estágio da gestação.   | 22/12/2016 –<br>Aguardando<br>designação do<br>relator       |
| 20/10/2017 –<br>Deputada Federal<br>Elcione Barbalho<br>(PMDB/PA) | <a href="#">CN PRN<br/>2/2017</a>   | <u><b>Ementa:</b></u> Altera a composição da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.   | <a href="#">Resolução nº<br/>2/2017</a>                      |
| 07/03/2017 –<br>Deputado<br>Federal João<br>Arruda<br>(PMDB/PR)   | <a href="#">SF PLC<br/>18/2017</a><br><a href="#">CD PL<br/>5555/2013</a> | <u><b>Ementa:</b></u> Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar; tipifica a exposição pública da intimidade sexual; e altera a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).                | 04/12/2017 –<br>Pronto para a<br>deliberação do<br>Plenário. |

|   |   |  |   |
|---|---|--|---|
| 13/03/2017 -<br>Deputada Federal<br>Ângela Albino<br>(PCdoB/SC)     | <a href="#">SF PLC<br/>23/2017</a><br><a href="#">CD PL<br/>4176/2015</a> | <b>Ementa:</b> Acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato.  | <a href="#">Lei nº 13.434 de<br/>12/04/2017</a>                     |
| 16/03/2017 -<br>Deputado<br>Federal Laudívio<br>Carvalho<br>(SD/MG) | <a href="#">SF PLC<br/>26/2017</a><br><a href="#">CD PL<br/>5346/2016</a> | <b>Ementa:</b> Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dar prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais.   | 08/05/2017 -<br>Designada relatora<br>a Senadora Ângela<br>Portela. |
| 21/06/2017 -<br>Deputada Federal<br>Renata Abreu<br>(PTN/SP)        | <a href="#">SF PLC<br/>61/2017</a><br><a href="#">CD PL<br/>3837/2015</a> | <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar que os profissionais de saúde, quando houver indícios de prática de violência contra a mulher, registrem o fato no prontuário da paciente.   | 22/06/2017 -<br>aguardando<br>designação de<br>relator.             |
| 29/08/2017 -<br>Deputada Federal<br>Rosângela<br>Gomes (PRB/RJ)     | <a href="#">SF PLC<br/>96/2017</a><br><a href="#">CD PL<br/>347/2015</a>  | <b>Ementa:</b> Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.   | 21/09/2017 -<br>Designada relatora<br>a Senadora Marta<br>Suplicy.  |
| 04/04/2017 -<br>Senadora Rose<br>de Freitas<br>(PMDB/ES)            | SF PLS<br>96/2017   | <b>Ementa:</b> Altera a Lei 11.340/06 para prever em caso de reincidência demissão por justo motivo.   | 23/11/2017 -<br>Designada relatora<br>a Senadora<br>Simone Tebet.   |
| 08/12/2017 -<br>Deputada Federal<br>Luizianne Lins<br>(PT/CE)       | <a href="#">SF PLC<br/>186/2017</a>                                       | <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. | 19/12/2017 -<br>Aguardando<br>designação do<br>relator              |
| 13/06/2017 -  | <a href="#">SF PLS<br/>191/2017</a>                                       | <b>Ementa:</b> Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, para assegurar à mulher as oportunidades   | 28/06/2017 -  |

|   |                                 |  |   |
|---|---------------------------------|--|---|
| Senador Jorge Viana (PT/AC)                     |                                 | e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.   | Designada relatora a Senadora Marta Suplicy.              |
| 21/06/2017 – Senador Jorge Viana (PT/AC)        | <a href="#">SF PLS 202/2017</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – e a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados, para prever a obrigatoriedade de os profissionais de saúde notificarem e comunicarem à autoridade policial os casos de violência contra mulher ou pessoa com identidade de gênero feminina e de crime contra a dignidade sexual de crianças ou adolescentes.                              | 21/09/2017 – Designada relatora a Senadora Marta Suplicy. |
| 01/08/2017 – Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES) | <a href="#">SF PLS 244/2017</a> | <u>Ementa:</u> Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para estabelecer a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros.<br><u>Assunto:</u> Embora o projeto esteja também estreitamente vinculado ao tema do trabalho e autonomia econômica, optamos por incluí-lo no tema da violência contra as mulheres, pois que as destinatárias da lei serão as mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social. | 30/08/2017 – Aguardando designação de relator.            |
| 21/09/2017 – Senador Paulo Rocha (PT/PA)        | <a href="#">SF PLS 347/2017</a> | <u>Ementa:</u> Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e acrescenta o art. 40-B na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva, pela Previdência Social, contra quem, pela prática de ato ilícito, der causa ao pagamento de benefício previdenciário ou assistencial.   | 17/10/2017 – Designada relatora a Senadora Simone Tebet.  |

---

|  |  |  |
|--|--|--|
|  | <p><u>Assunto:</u> O projeto inclui a violência doméstica como ilícito passível de ação regressiva, pela Previdência Social, contra aquele que a praticou.</p> |  |
|--|--|--|